JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.02.16 06:48:33 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 16 de fevereiro de 2023 • Nº 1503 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

QUARTO TRIMESTRE

Juros elevados derrubam economia

Os patamares elevados de juros e de endividamento das famílias desaceleraram a economia em 2022 e causaram uma retração de 0,2% no Produto Interno Bruto do quarto trimestre, avaliou ontem a Fundação Getúlio Vargas, na pesquisa Monitor do PIB/FGV. A estimativa da FGV é que o resultado anual de 2022 apresentou crescimento de 2,9% na economia. A fundação considera a variação um bom resultado, apesar de marcado pela desaceleração ao longo do ano. A coordenadora da pesquisa, Juliana Trece, destaca que o setor de serviços contribuiu com mais de 80% do desempenho da economia no ano passado, com destaque para setores como atividades de alojamento, alimentação, saúde privada, educação privada, serviços prestados às famílias e às empresas. PÁGINA 2

INVESTIMENTOS

Lula promete crescimento com retomada de 14 mil obras

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prometeu retomar 14 mil obras que foram paralisadas nos últimos seis anos e afirmou que os investimentos em infraestrutura vão impulsionar a geração de empregos e fazer o país voltar a crescer. As declarações foram dadas ontem, na cidade de Maruim (SE), onde o presidente participou de uma cerimônia em alusão à retomada de obras em rodovias federais no país. O esforço pela retomada de obras acontece no momento em que o governo trava uma disputa com o Banco Central em torno da taxa de juros, com críticas da autoridade monetária a uma possível política fiscal expansionista do governo Lula. PÁGINA 2

RECEITA

Quitação de débitos com cartão de crédito

Contribuintes que têm pendências com o Fisco podem quitar alguns débitos com cartão de crédito. A Receita Federal iniciou projeto piloto que permite o uso da ferramenta para o pagamento de algumas guias de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf). Neste primeiro momento, o pagamento com cartão de crédito vale para alguns ambientes da Receita Federal, do Programa Regularize e do Simples Nacional. Ao longo do ano o Fisco estenderá a modalidade para as demais situações. O serviço poderá ser usado para os débitos em Darf na versão numerada emitidos pelo sistema Sicalc Web. Poderão ser quitados com cartão de crédito parcelamentos ordinários e simplificados da Receita Federal, débitos na Dívida Ativa da União. PÁGINA 2

BANCO NÃO É HOSPITAL

Mercadante diz que BNDES não irá socorrer Americanas

FERNANDO FRAZÃO/ABRASIL

O presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Aloizio Mercadante, afirmou ontem que o banco não planeja nenhuma ação direta para socorrer a Americanas pois não é um "hospital de empresas". "Não há possibilidade de tratar da crise da Americanas. O que tínhamos de fazer já fizemos, executamos a fiança e recuperamos nosso capital", disse. Mercadante, contudo, indicou que pretende discutir a abertura de uma linha de crédito para pequenos fornecedores da varejista, que entrou em recuperação judicial devido a dívidas bilionárias. "Compete à CVM, ao Banco Central, avaliar com rigor o que aconteceu. Os sócios principais (Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira), têm volume de capital bastante expressivo para salvar a empresa, e sobretudo proteger os fundos de investimentos", disse Mercadante. PÁGINA 2

Americanas realiza reunião decisiva com credores hoje

A Americanas marcou para hoje uma reunião com bancos e credores financeiros em São Paulo, na tentativa de avançar em acordos para apresentar um plano de recuperação judicial, a qual aderiu no último dia 19, declarando dívidas de R$ 43 bilhões. "A Rothschild & Co realizará reuniões de trabalho com bancos e credores financeiros", informou a varejista, em nota. A Rothschild foi contratada pelo comando da Americanas como interlocutora na renegociação da sua dívida, no Brasil.

FIM DA MENTIRA

CAROLINA ANTUNES/PR

CGU decide retirar sigilo de cartão de vacina de Bolsonaro

A CGU (Controladoria-Geral da União) decidiu retirar o sigilo do cartão de vacinação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) (**foto**). O ex-mandatário afirma não ter se vacinado contra a Covid. O conteúdo do cartão deve ser repassado para quem fez o pedido de LAI (Lei de Acesso à Informação) para o Ministério da Saúde e tem um recurso em análise na controladoria. A estimativa no órgão é a de que a informação seja liberada até o fim da semana. O ministro da CGU, Vinicius de Carvalho, tinha aberto a possibilidade para a revisão do entendimento do órgão sobre a questão em entrevista para a Folha de S.Paulo publicada em 4 de fevereiro. "Há uma discussão quando se está diante de uma política pública de vacinação no meio de uma pandemia. PÁGINA 7

INDICADORES

IBOVESPA: -0,91% / 107.848,81 / -987,66 / Volume: R$ 46.713.562.399 / Negócios: 4.161.531

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
HAPVIDA ON NM	4.93	+7.64	+0.35
MRV ON NM	6.51	+5.85	+0.36
GRUPO NATURAON NM	15.14	+5.73	+0.82
VIA ON NM	2.27	+5.58	+0.12
CSNMINERACAOON N2	5.020	+5.24	+0.250

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
MAGAZ LUIZA ON NM	3.89	–4.19	–0.17
TOTVS ON NM	28.60	–4.16	–1.24
BRASKEM PNA N1	20.49	–0.68	–0.14
GERDAU MET PN N1	12.56	–0.63	–0.08
GERDAU PN N1	28.54	–0.42	–0.12

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
IBOVESPA IBO	109805.00	–2.44	–2743.00
VALE ON NM	89.00	+2.18	+1.90
PETROBRAS PN N2	26.74	+0.15%	+0.04
BRADESCO PN N1	13.76	+3.93	+0.52
BRASIL ON NM	41.93	+0.91	+0.38

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	34.128,05	+0,11
NASDAQ Composite	12.070,592	+0,92
Euro STOXX 50	4.283,41	+0,77
CAC 40	7.264,75	+0,71
FTSE 100	7.997,83	+0,55
DAX 30	15.506,34	+0,82

Salário mínimo	R$ 1.302,00	IGP-M	0,21% (jan.)	EURO turismo	
Ufir	R$ 3,7053	IPCA	0,55% (jan.)	Compra: 5,6238	Venda: 5,8038
Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
(01/02)	13,75%	0,56	até o dia 15/fev.	Compra: 5,2237	Venda: 5,2243
Poupança 3		OURO		DÓLAR comercial	
16/2)	0,58%	BM&F/grama	R$ 306,00	Compra: 5,2199	Venda: 5,2205
TR (prefixada)		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
(jan./23)	0,0830%	Compra: 5,5749	Venda: 5,5755	Compra: 5,2401	Venda: 5,4201

Economia

MERCADOS

Dólar sobe a R$ 5,22, puxado por exterior; Bovespa avança 1,62%

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O mercado financeiro teve um dia misto, influenciado tanto por fatores internos como externos. O dólar voltou a ultrapassar R$ 5,20, em linha com o mercado internacional. A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) subiu após declarações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre metas de inflação e uma possível antecipação do envio do novo marco fiscal ao Congresso.

O dólar comercial encerrou ontem vendido a R$ 5,22, com alta de R$ 0,021 (+0,41%). A cotação teve um dia de volatilidade, chegando a R$ 5,24 na máxima do dia, por volta das 10h30, e chegando a R$ 5,19 quase uma hora depois.

A moeda norte-americana acumula alta de 2,82% em fevereiro. A divisa, no entanto, cai 1,14% em 2023.

O mercado de ações teve um dia mais otimista. O Índice Bovespa (Ibovespa) fechou aos 109.600 pontos, com alta de 1,62%. O indicador iniciou o dia com leve baixa, mas inverteu o movimento ainda durante a manhã.

BANCO NÃO É HOSPITAL

Mercadante diz que BNDES não irá socorrer Americanas

O presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Aloizio Mercadante, afirmou ontem que o banco não planeja nenhuma ação direta para socorrer a Americanas pois não é um "hospital de empresas".

"Não há possibilidade de tratar da crise da Americanas. O que tínhamos de fazer já fizemos, executamos a fiança e recuperamos nosso capital", disse.

Mercadante, contudo, indicou que pretende discutir a abertura de uma linha de crédito para pequenos fornecedores da varejista, que entrou em recuperação judicial devido a dívidas bilionárias.

"Compete à CVM, ao Banco Central, avaliar com rigor o que aconteceu. Os sócios principais (Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira), têm volume de capital bastante expressivo para salvar a empresa, e sobretudo proteger os fundos de investimento, os 40 mil trabalhadores e as micro e pequenas empresas que são fornecedoras", disse Mercadante.

"O que poderemos fazer é discutir com a Febraban e o Ministério da Fazenda, e o sistema financeiro abrir uma linha de crédito para esses pequenos fornecedores que são vítimas dessa fraude", acrescentou.

O presidente do BNDES evitou traçar um prazo para o avanço das discussões sobre o assunto e não deu detalhes de como funcionaria a linha de crédito.

"Elas (pequenas fornecedoras) não têm nenhuma responsabilidade pela crise da Americanas. Elas foram vítimas de um processo. Os indícios de fraude no balanço são muito graves", afirmou.

Mercadante disse que a Americanas não possui atrasos com o banco de fomento. "O BNDES tinha uma linha de crédito com a Americanas de R$ 2,4 bilhões. Eles ainda tinham uma pendência de R$ 1,2 bilhão, mas o BNDES foi prudente, tinha carta de fiança, já foi executada, já foi paga. Não temos um real em risco com a Americanas".

As declarações foram dadas por Mercadante em entrevista coletiva após a reunião para reinstalação do Cofa (Comitê Orientador do Fundo Amazônia). Foi o primeiro encontro do comitê desde 2018, segundo o banco. A reunião ocorreu na sede do BNDES, no Rio de Janeiro.

Reaberto pelo governo Lula, o Cofa tem entre as atribuições estabelecer as diretrizes e os critérios para a aplicação dos recursos obtidos pelo fundo, que visa a preservação ambiental e o combate ao desmatamento.

PREVISÃO

Bancos projetam 2023 mais difícil, 'para eles'

Os grandes bancos brasileiros projetam um ano de 2023 mais desafiador que o de 2022, marcado por eleições, inflação e juros em alta. Mas a inadimplência das pessoas físicas e o caso Americanas, além da Selic ainda alta, inspiram mais cautela que otimismo no setor.

Apesar das diferenças apresentadas nos resultados do quarto trimestre de 2022, as projeções feitas pelos gigantes do setor financeiro têm em comum um cenário de desaceleração do crédito e maior volume de dinheiro destinado à proteção contra a inadimplência.

O Santander não divulgou projeções de indicadores para o ano. Itaú Unibanco, Bradesco e Banco do Brasil colocam como base para 2023 crescimento de um dígito em suas carteiras de crédito, e aumento de pelo menos 20% em suas PDDs (provisões contra crédito de liquidação duvidosa).

O caso Americanas contribui para uma percepção mais cautelosa dos bancos, mesmo para Bradesco e Itaú, que já reservaram 100% de suas exposições para uma eventual inadimplência total da varejista.

O presidente do Itaú Unibanco, Milton Maluhy Filho, recomendou que as companhias "diminuam seus níveis de endividamento" para enfrentar o momento atual de juros altos e incertezas.

O índice de cobertura na carteira de crédito do Itaú para grandes empresas subiu de 588% ao final de 2021 para 1.857% em dezembro de 2022. Este índice consiste em valores separados para se precaver contra atrasos maiores do que 90 dias no pagamento de empréstimos.

Segundo as projeções do Itaú, o custo do crédito, resultado das provisões contra inadimplência com desconto das renegociações e valores recuperados, pode superar os R$ 40 bilhões em 2023, ante pouco mais de R$ 30 bilhões no ano passado, quando já foi contabilizado o caso Americanas.

O Bradesco fez a maior reserva do setor para o caso Americanas, de quase R$ 5 bilhões. E foi um dos que tiveram sua exposição revista para cima, depois da divulgação da nova lista de credores. Os débitos da varejista aumentaram em cerca de R$ 300 milhões no documento mais recente.

INVESTIMENTOS

Lula promete crescimento com retomada de 14 mil obras paradas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prometeu retomar 14 mil obras que foram paralisadas nos últimos seis anos e afirmou que os investimentos em infraestrutura vão impulsionar a geração de empregos e fazer o país voltar a crescer.

As declarações foram dadas ontem, na cidade de Maruim (SE), onde o presidente participou de uma cerimônia em alusão à retomada de obras em rodovias federais no país.

O esforço pela retomada de obras acontece no momento em que o governo trava uma disputa com o Banco Central em torno da taxa de juros, com críticas da autoridade monetária a uma possível política fiscal expansionista do governo Lula.

Ao mesmo tempo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), afirmou ontem que o governo deve antecipar para março o anúncio da nova regra fiscal, que substituirá o teto de gastos. O petista reforçou a necessidade de harmonia entre as políticas fiscal e monetária.

Em Sergipe, Lula disse que o país vai voltar à normalidade e que a "roda-gigante da economia" vai voltar a funcionar, gerando novos empregos, renda e crescimento econômico.

O petista também fez críticas ao ex-presidente Jair Bolsonaro e prometeu fazer mais que o seu oponente nos próximos quatro anos.

Lula chegou à cidade de Maruim por volta das 11h e visitou o canteiro de obras na rodovia, onde cumprimentou operários. Na ocasião, assinou o reinício das obras de duplicação do trecho de 206 quilômetros da rodovia BR-101 no estado de Sergipe, com o empenho de cerca de R$ 180 milhões.

Antes de discursar, Lula recebeu representantes sindicais da Petrobras que pediram a retomada da empresa no Nordeste. Munidos de faixas, enfermeiros também pediram que o governo garantisse a implementação do piso da enfermagem.

Na terça-feira, na Bahia, Lula já havia dito que vai garantir o pagamento do piso salarial da enfermagem, mas destacando que o governo ainda está trabalhando para superar gargalos em relação às pequenas cidades e Santas Casas.

O ministro dos Transportes, Renan Filho, afirmou que o governo federal vai destinar neste ano R$ 22 bilhões para obras de infraestrutura graças à aprovação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) na transição que liberou mais recursos para o Orçamento de 2023.

FGV

Juros elevados derrubaram economia no 4º trimestre de 2022

VINÍCIUS LISBOA/ABRASIL

Os patamares elevados de juros e de endividamento das famílias desaceleraram a economia em 2022 e causaram uma retração de 0,2% no Produto Interno Bruto do quarto trimestre, avaliou ontem a Fundação Getúlio Vargas, na pesquisa Monitor do PIB/FGV.

A estimativa da FGV é que o resultado anual de 2022 apresentou crescimento de 2,9% na economia. A fundação considera a variação um bom resultado, apesar de marcado pela desaceleração ao longo do ano.

A coordenadora da pesquisa, Juliana Trece, destaca que o setor de serviços contribuiu com mais de 80% do desempenho da economia no ano passado, com destaque para setores como atividades de alojamento, alimentação, saúde privada, educação privada, serviços prestados às famílias e às empresas.

"Esta atividade, que foi uma das que haviam apresentado as maiores perdas devido à necessidade de distanciamento social no período da pandemia, impulsionou o PIB de 2022 graças a normalização das atividades sociais e aos estímulos fiscais dados a economia", disse a economista.

O PIB dos meses de outubro, novembro e dezembro teve uma queda de 0,2% em relação a julho, agosto e setembro, concluindo o caminho de desaceleração da economia ao longo do ano. Mesmo assim, o resultado do 4º trimestre de 2022 ficou 1,9% acima do mesmo período de 2021.

Já no mês de dezembro, a pesquisa da FGV mostra que a economia cresceu 0,2% em relação a novembro; e 1,4%, sobre dezembro do ano passado.

Consumo e investimentos

O consumo das famílias brasileiras alcançou o maior valor desde o início da série histórica e teve uma alta de 4% em 2022, segundo a pesquisa. Apesar disso, o consumo deens duráveis, como veículos e eletrodomésticos de grande porte, teve queda. "Por serem compostos por bens de maior valor agregado, os altos níveis dos juros, de certa forma inibem o consumo desses tipos de bens", avalia a FGV.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), parâmetro para investimentos, cresceu 1,1%, apesar da queda dos gastos com máquinas e equipamentos. Segundo a pesquisa, a construção contribuiu positivamente para esse indicador.

Em relação ao comércio exterior, houve crescimento tanto nas exportações (6%) quanto nas importações (0,9%), ao longo de 2022.

A produtividade na economia, que está em uma trajetória de queda desde 2014, chegou em 2022 a um dos menores valores da série histórica, abaixo do ano de 2008.

RECEITA

Quitação de débitos com cartão de crédito

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Contribuintes que têm pendências com o Fisco podem quitar alguns débitos com cartão de crédito. A Receita Federal iniciou projeto piloto que permite o uso da ferramenta para o pagamento de algumas guias de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf).

Neste primeiro momento, o pagamento com cartão de crédito vale para alguns ambientes da Receita Federal, do Programa Regularize e do Simples Nacional. Ao longo do ano o Fisco estenderá a modalidade para as demais situações. O serviço poderá ser usado para os débitos em Darf na versão numerada emitidos pelo sistema Sicalc Web. Poderão ser quitados com cartão de crédito parcelamentos ordinários e simplificados da Receita Federal, débitos na Dívida Ativa da União no renegociados pelo Programa Regularize e multas por atraso na entrega das declarações do Simples Nacional.

Construído em parceria com o Banco do Brasil, o serviço estará disponível 24 horas por dia nos sete dias da semana e poderá ser realizado nessas plataformas na opção "Pagar Online". Para pagamentos após às 20h e em dia não útil, a data efetiva de pagamento será considerada como o dia útil seguinte.

Inicialmente, somente poderão ser pagos débitos até R$ 15 mil com cartões das bandeiras Visa, Mastercard e Elo, de qualquer instituição. O contribuinte poderá acompanhar o pagamento e seu comprovante por e-mail e pelo e-CAC.

Nota

CAMEX MANTÉM DIREITO ANTIDUMPING SOBRE QUATRO PRODUTOS BRASILEIROS

O Comitê-Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex) manteve o direito antidumping sobre quatro produtos brasileiros: malhas de viscose, batatas congeladas, vidros automotivos e pneus agrícolas. A continuação da medida foi decidida em reunião extraordinária do órgão, presidido pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin. "Com isso, o conselho da Camex garantiu segurança jurídica e continuidade da medida para os produtores e empreendedores nacionais. Ou seja, o mercado que investiu vai poder seguir com seus projetos de exportação para ganhar em balança comercial", postou o Mdic nas redes sociais da pasta. Prática reconhecida pela Organização Mundial do Comércio (OMC), os direitos antidumping autorizam que um país imponha sobretaxas a produtos cujos concorrentes importados entram no país abaixo do custo de produção. Considerado concorrência desleal pelo direito internacional, o dumping torna os produtos importados mais baratos que os equivalentes nacionais, inviabilizando a produção no país.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

NEWE Seguros S.A.

CNPJ 26.609.195/0001-65

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores Acionistas, Submetemos a vossa apreciação em cumprimento às disposições legais e estatutárias as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC quando referendadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. As referidas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/2021, e alterações posteriores, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuários Independentes. Autorizada a operar no mercado brasileiro de seguros, a NEWE foi concedida no dia 16 de janeiro de 2017 e, atualmente, possui um capital social de R$ 59,7 milhões e um aumento de capital em aprovação de R$ 21,6 mi. O patrimônio líquido atual da NEWE é de 67,6 milhões. *Prêmios emitidos* - Os prêmios emitidos totalizaram em 2022 R$ 222,8 milhões, com redução de R$ 182,9 milhões ou 45% em relação ao mesmo período de 2021. A redução ocorreu por estratégia da Companhia, pois tivemos um expressivo aumento da probabilidade de ocorrência do fenômeno La Niña entre março e agosto de 2022 o que nos leva ao terceiro ano consecutivo de ocorrência do mesmo no Brasil. Apesar de não estarmos falando de uma ciência exata, após uma extensiva análise e discussões com os resseguradores, a Companhia, além de manter sua busca pela diversificação regional, decidiu reduzir expressivamente sua exposição na Safra de Verão 22/23 de forma a afastar a possibilidade de perdas similares às observadas nas safras anteriores. *Sinistralidade* - Em 2022, a sinistralidade média apresentou índice de 209,3%, um aumento de 7% em relação ao mesmo período do ano anterior. A alta sinistralidade ocorreu devido ao fenômeno La Niña. Esse fenômeno é marcado pelo baixo volume de precipitação notadamente no Sul do país e foi responsável pelas perdas catastróficas ocorrida na Safra Verão 21/22. Com as perdas observadas em 2022, a Companhia apresentou, em alguns meses de 2022, insuficiência de patrimônio mínimo ajustado em relação ao capital mínimo requerido. Importante destacar que para a data-base de 31 de dezembro de 2022, a Companhia recuperou seus níveis de solvência e apresentou um índice positivo de 224%. *Despesas administrativas* - Em 2022, o índice de despesas administrativas sobre o prêmio ganho foi de 12,76%, aumento de 4,62 p.p. em relação ao mesmo período de 2021. Esse aumento é reflexo da redução da emissão com base na estratégia adotada pela Companhia. *Resultado financeiro* - O resultado financeiro totalizou em 2022 R$ 9,2 milhões, aumento de R$ 4,9 milhões ou 117% em relação ao ano anterior. O aumento da taxa SELIC ao longo de 2022, refletiu positivamente nos títulos indexados a este indicador. A política de investimentos da NEWE Seguros S.A. tem como premissa básica a preservação do capital e a estabilidade das receitas financeiras, dessa forma, as aplicações para a cobertura de provisões técnicas são feitas prioritariamente, diretamente ou via fundos de investimentos, em títulos do Tesouro Nacional. *Resultado do exercício* - Em 2022, a empresa totalizou um prejuízo de R$ 1,1 milhão, redução de R$ 3,9 milhões, ou seja, queda de 143%, revertendo o lucro apresentado no ano anterior. Apesar da alta sinistralidade, a Companhia, através da sua excelente estrutura de resseguros, conseguiu suavizar as Perdas da Safra de Verão 21/22. *Declaração de capacidade financeira* - Em atendimento à Circular SUSEP n° 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, a NEWE declara vincular 100% das aplicações financeiras no montante de R$ 58,9 milhões. A Seguradora, em 31 de dezembro de 2022, apresentou suficiência de ativos garantidores oferecidos para cobertura das provisões técnicas no montante de R$ 29,4 milhões. A Administração da NEWE Seguros S.A. fomenta o Programa de Controles Internos da Companhia e fomenta o cumprimento do Código de Conduta em todos os níveis, como parte de seu compromisso com as boas práticas de governança e transparência na condução de seus negócios e dos interesses de clientes, parceiros, colaboradores e acionistas. A NEWE Seguros S.A. agradece a SUSEP e demais autoridades do setor. Às Sociedades Resseguradoras e aos Corretores de Seguro, a Companhia agradece a confiança e parceria nos negócios e nas operações realizados e aproveita, também, para agradecer aos nossos colaboradores por sua dedicação e desempenho para o cumprimento dos objetivos da Companhia.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2023.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2022 E 2021 - *(Em MR$)*

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		206.764	516.177
Disponível		1.577	8.398
Caixa e bancos	5	1.504	7.970
Equivalentes de caixa	5	73	429
Aplicações	6	58.942	150.250
Créditos das operações com seguros e resseguros		55.635	58.259
Prêmios a receber	7.1	25.067	13.361
Operações com resseguradoras	7.2	30.568	37.457
Outros créditos operacionais		-	7.440
Ativos de resseguro	14.1	77.496	275.094
Títulos e créditos a receber		3.175	4.558
Créditos tributários e previdenciários	8.1	2.360	4.368
Outros créditos		815	191
Custos de aquisição diferidos	9	9.788	19.387
Seguros		9.788	19.387
Despesas antecipadas		151	230
Ativo não circulante		50.148	28.235
Realizável a longo prazo		45.133	24.094
Créditos das operações com seguros e resseguros		9.152	-
Prêmios a receber	7.1	9.152	-
Ativos de resseguro	14.1	16.253	9.376
Títulos e créditos a receber		12.836	11.305
Créditos tributários e previdenciários	8.1	12.531	11.127
Outros créditos operacionais		193	178
Depósitos judiciais e fiscais		112	-
Custos de aquisição diferidos	9	6.892	3.413
Seguros		6.892	3.413
Imobilizado	10	613	725
Bens móveis		539	707
Outras imobilizações		74	18
Intangível	11	4.402	3.416
Total do ativo		256.912	544.412

Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		160.299	482.049
Contas a pagar		3.940	2.648
Obrigações a pagar	12.1	2.124	670
Impostos e encargos sociais a recolher	12.2	709	440
Encargos trabalhistas	12.3	981	1.179
Impostos e contribuições	12.4	-	242
Outras contas a pagar	12.5	126	117
Débitos de operações de seguros e resseguros		50.568	118.775
Prêmios a restituir	13.5	2.135	6.162
Operações com seguradoras		-	4
Operações com resseguradoras	13.1	41.500	109.749
Corretores de seguros e resseguros	13.3	6.933	2.861
Depósitos de terceiros		167	2.328
Provisões técnicas	14.2	105.624	358.299
Danos		105.624	358.299
Passivo não circulante		28.974	15.147
Provisões técnicas	14.2	28.974	15.147
Danos		28.974	15.147
Patrimônio líquido		67.638	47.215
Capital social	17	59.700	59.700
Aumento de capital		21.600	-
Prejuízos acumulados		(13.662)	(12.485)
Total do passivo e patrimônio líquido		256.912	544.412

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios Findos em 31/12/2022 e 2021 - *(Em MR$, exceto o lucro por ação)*

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios emitidos líquidos	19	222.832	405.819
Variações das provisões técnicas de prêmios	19	43.008	(54.753)
Prêmios ganhos	19	265.840	351.066
Sinistros ocorridos	20.1	(556.458)	(710.162)
Custos de aquisição	20.2	(37.866)	(49.119)
Outras receitas e despesas operacionais		(999)	(1.845)
Resultado com resseguro	20.3	355.416	446.986
Receita com resseguro		513.072	637.070
Despesa com resseguro		(158.495)	(190.507)
Outros resultados com resseguros		839	424
Despesas administrativas	20.4	(33.929)	(28.599)
Despesas com tributos	20.5	(3.880)	(7.165)
Resultado financeiro	20.6	9.204	4.238
Receitas financeiras	20.6	6.527	9.141
Despesas financeiras	20.6	2.677	(4.904)
Resultado operacional		(2.672)	5.399
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(4)	-
Resultado antes dos impostos e participações		(2.676)	5.399
Imposto de renda corrente	21	942	(1.261)
Contribuição social corrente	21	556	(977)
Participações sobre o lucro		-	(400)
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício		(1.177)	2.761
Quantidade de ações		77.212	77.212
Lucro / Prejuízo líquido por ação (em R$)		(0,02)	0,04

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios Findos em 31/12/2022 e 2021 - *(Em MR$)*

	31/12/2022	31/12/2021
(Prejuízo) / Lucro do exercício	(1.177)	2.761
Total do resultado abrangente do exercício	(1.177)	2.761

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios Findos em 31/12/2022 e 2021 - *(Em MR$)*

	Nota	Capital social subscrito	Aumento de capital em aprovação	Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020	17	59.700	-	(15.246)	44.454
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício		-	-	2.761	2.761
Saldos em 31/12/2021	17	59.700	-	(12.485)	47.215
Aumento de capital - AGE de 15/12/2022		-	21.600	-	21.600
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício		-	-	(1.177)	(1.177)
Saldos em 31/12/2022	17	59.700	21.600	(13.662)	67.638

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
Exercícios Findos em 31/12/2022 e 2021 - *(Em MR$)*

Atividades operacionais	31/12/2022	31/12/2021
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	(1.177)	2.761
Ajustes para:	(9.854)	6.080
Depreciação e amortização	1.322	991
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(1.595)	(825)
Provisões técnicas - IBNR	(64.341)	54.638
Ativos Resseguro - IBNR	54.760	(48.723)
Variação das contas patrimoniais:	(15.194)	(2.165)
Ativos financeiros	91.308	(66.828)
Créditos das operações	7.936	(24.419)
Ativos de resseguro	135.961	(167.374)
Créditos tributários e previdenciários	602	(3.408)
Outros ativos	5.961	(11.157)
Fornecedores e outras contas a pagar	1.463	(2.293)
Impostos e contribuições	(171)	(525)
Débitos das operações	(68.207)	66.848
Provisões técnicas - seguros	(174.506)	205.241
Outros passivos	(15.541)	1.751
Caixa (consumido) / gerado pelas operações	(25.047)	3.915
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(33)	(361)
Aquisição de intangível	(2.164)	(2.341)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(2.197)	(2.703)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	21.600	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	21.600	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(6.822)	3.974
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.398	4.424
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.577	8.398

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - *(Em MR$)*

1. Contexto operacional: Em 16 de janeiro de 2017, foi publicada a Portaria SUSEP nº 6.780, de 12 de janeiro de 2017, através da qual a Superintendência de Seguros Privados concedeu à NEWE Seguros autorização para operar seguros de danos e pessoas em todo o território nacional. A NEWE Seguros S.A. (doravante denominada por "NEWE" ou "Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Rio Branco, nº 1, conjunto 806 - parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ. Seu controle acionário é distribuído, em 31 de dezembro de 2022, entre a CBM Participações Ltda., com 69,62% de participação societária nas ações ordinárias, 23,27% do Fund Private Equity II e o restante, 7,11%, por sócios minoritários, resultando em um aumento de R$ 21,6 mi no Capital Social. A NEWE Seguros tem como objeto social todas as atividades necessárias ao desenvolvimento das atividades de seguros em todos os ramos e a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia e/ou acionista. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade e base de preparação -** Em consonância à Circular SUSEP n° 648, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reclassificou, os valores de Provisões Técnicas e Ativos de Resseguro no montante de R$ 54.638 e R$ 48.723, respectivamente, apresentados anteriormente como variação das contas patrimoniais, nos ajustes ao lucro líquido do exercício apresentado nas Demonstrações do fluxo de caixa. Essas reclassificações foram feitas para melhor apresentação e comparabilidade. Tais mudanças não impactaram o fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais do exercício. A emissão dessas demonstrações financeiras da Seguradora foi aprovada pela Administração em 13 de fevereiro de 2023. **2.2. Base de mensuração -** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos seguintes itens reconhecidos no balanço pelo valor justo: Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação -** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos -** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar ao longo dos anos. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. - Nota explicativa 8.1 – Créditos tributários - Nota explicativa 14 - Provisão de Sinistros Ocorridos mas não avisados – IBNR. Provisão de Sinistros Ocorridos mas não suficientemente avisados – IBNER, Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL, Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial – PSL Judicial e o Teste de Adequação de Passivos – TAP. - Nota explicativa 16 – Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **3. Principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente para ambos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Caixa e equivalente de caixa -** A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem riscos significantes de mudança de valor justo. **3.2. Instrumentos financeiros -** A Companhia pode classificar seus ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia pode classificar seus passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial. ***3.2.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*** - Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. ***3.2.2. Ativos financeiros disponíveis para venda*** - Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, receita financeira e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e as perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado. ***3.2.3. Ativos financeiros mantidos até o vencimento*** - Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **3.3. Recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros (*impairment*)** ***Ativos financeiros não derivativos*** - Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: Inadimplência ou atrasos do devedor; Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais; Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/ recuperação judicial; Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. ***Operações de seguros e resseguros*** - Tendo como referência a Circular SUSEP nº 648, e alterações posteriores, a Seguradora possui metodologia específica de acordo por ramo de atuação para reconhecer uma Redução ao Valor Recuperável – RVR: Agro: De acordo com o estudo interno, a Companhia constitui como redução ao valor recuperável, 100% dos prêmios a receber dos contratos cujas safras já tenham ocorrido, considerando o período de vigência do risco e a regulação de sinistros. Garantia e Responsabilidades: A Companhia iniciou a operação no ramo de Linhas Financeiras em 2020, e, portanto, a Companhia não possui histórico suficiente para a realização de um estudo de inadimplência. Para o ramo de Garantia e qualquer outro ramo que entrar em operação, a NEWE seguirá as orientações do artigo 139 da Circular SUSEP nº 678 de 10/10/2022, efetuando a redução ao valor recuperável das parcelas vencidas há mais de 60 (sessenta) dias. Em relação à recuperação dos sinistros pagos junto aos resseguradores, o estudo da Companhia considera os últimos cinco anos de operação, entendemos que não há necessidade de constituição de valor recuperável, uma vez que o estudo demonstrou que a Companhia vem recuperando os sinistros pagos no decorrer desses últimos anos, sem indicação de *default* e sim com alguma morosidade no recebimento em função do processo de prestação de contas junto aos resseguradores, em especial no exercício de 2022, onde o volume de recuperações de sinistros do ramo Agro foi bastante elevado. ***Ativos não financeiros*** - Ativos não financeiros são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja total ou parcialmente recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do exercício pela diferença entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos respectivos custos de venda). Para fins de testes de *impairment*, os ativos não financeiros são agrupados por categoria. A Companhia não identificou necessidade de constituição de *impairment* para os ativos supracitados. **3.4. Ativos e passivos originados de contratos de resseguro** - Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e as obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Companhia de honrar suas obrigações perante os segurados. Os ativos de resseguro compreendem: (i) os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas de contratos proporcionais firmados para a cessão de riscos, cujo período de cobertura dos riscos ainda não expirou e cujo reconhecimento dar-se-á inicialmente pelo valor contratual e ajustar-se-á conforme o período de exposição do risco que foi contratado; (ii) os prêmios de resseguros diferidos de contratos proporcionais "*risk attaching*" firmados para a proteção das carteiras do seguro Rural e Garantia, cujo reconhecimento dar-se-á pelo valor contratual e ajustar-se-á conforme o período de exposição do risco que foram aceitos pela NEWE; (iii) as parcelas correspondentes das indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores; e (iv) as comissões sobre os repasses de prêmios, conforme os contratos firmados de cessão de riscos. **3.5. Provisões técnicas -** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP: **Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) -** é constituída pela parcela do prêmio comercial, calculada pelo método "*pro rata die*" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. **Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG-RVNE) -** é constituída com a finalidade de estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos vigentes, mas ainda não emitidos. É calculada por estimativa baseada no histórico de três anos por meio de triângulo de desenvolvimento de prêmio, considerando o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices. **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) -** é constituída de acordo com a melhor estimativa de indenização com base nas notificações de sinistros recebidas até a data do balanço patrimonial, conforme percentual de cobertura estabelecido em contrato. Os critérios para estimar o valor a ser constituído como reserva inicial desta provisão dependem das características de cada ramo, considerados os valores reclamados. **Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial (PSL Jud) -** é constituída para cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a pagamentos de sinistros objeto de ações judiciais e os resultantes de sentença transitada em julgado. É realizada individualmente para cada caso, observando-se a classificação de perda entre provável, possível e remoto, e definindo para cada classificação, um fator percentual de perda estimada a ser aplicado sobre o valor reclamado no processo judicial. Em função de sentenças favoráveis na esfera judicial em especial do ramo Agro, a Companhia alterou, em 2022, a metodologia para provisionamento dos sinistros discutidos judicialmente. **Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR e IBNER) -** são constituídas, respectivamente, para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros já ocorridos e ainda não avisados, tanto para os sinistros judiciais como os administrativos. A IBNR é constituída pela diferença entre a sinistralidade esperada e a provisão de sinistros a liquidar já constituída. A IBNER é constituída para ajustar de forma global a PSL, quando não é possível ajustar de forma individual cada sinistro. A provisão estimada por ramo, baseada no histórico da Companhia e no agravamento dos sinistros, quando se entende que a PSL constituída pode deixar de representar a melhor estimativa. **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) -** é constituída para a cobertura das despesas relacionadas aos sinistros avisados, contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e, também, as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. É calculada com base em experiência histórica de gastos com a regulação dos sinistros, respeitando as características de cada ramo. **3.6. Teste de Adequação dos Passivos (TAP) -** De acordo com o instituído pelo CPC nº 11, o Teste de Adequação dos Passivos (TAP) para os contratos de seguros vigentes, instituído pela Circular SUSEP nº 678, de 10 de outubro de 2022, e as respectivas alterações, tem como objetivo avaliar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, líquido dos custos de aquisição e eventuais ativos intangíveis relacionados, em comparação com o valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos contratos vigentes. O mesmo é elaborado em cada balanço, no mínimo, sendo que este TAP foi realizado considerando os fluxos de caixa futuros das obrigações oriundas dos contratos e certificados vigentes na data-base de 31 de dezembro de 2022, brutos de resseguro, com premissas atuariais atualizadas. As projeções dos fluxos de caixa ocorrem apenas até a data do vencimento das apólices atuais. As provisões, despesas operacionais e despesas de comercialização diferidas são abrangidas pelas projeções. Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a melhor estimativa da série de todo histórico da Companhia e também estatísticas do mercado segurador para os ramos que o histórico da Companhia não apresenta dados suficientes, resultando na sinistralidade de 50% para a Seguradora. O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados utilizou as taxas de desconto obtidas pela estrutura a termo de taxas de juros livres de risco (ETTJ), segregada em ETTJ Prefixada para contratos em Real e ETTJ Cambial para contratos com moeda estrangeira, apresentada no artigo Interpolação e Extrapolação da Estrutura a Termo de Taxas de Juros para Utilização pelo Mercado Segurador Brasileiro. O teste de adequação, conduzido pela Companhia, permite afirmar que as provisões técnicas são suficientes para cobrir os compromissos futuros referentes aos riscos assumidos até 31 de dezembro de 2022. Não há necessidade de constituição da Provisão Complementar de Cobertura – PCC, pois o teste de adequação dos passivos não apurou uma insuficiência da Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPNG para a cobertura dos sinistros a ocorrer. Com relação às demais provisões técnicas, PSL, IBNR, IBNER e PDR também não há insuficiências a cobrir. **3.7. Imobilizado** - O imobilizado compreende equipamentos, móveis, utensílios e benfeitorias em imóveis de terceiros utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado é avaliado pelo custo histórico e compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. O valor residual dos ativos e sua vida útil são revisados e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo. **3.8. Ativo intangível** - O ativo intangível é composto por licenças de *software* adquiridas, capitalizadas com base nos custos incorridos até o ponto em que esses *softwares* estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de até cinco anos ou período de uso da licença quando definido pelo fornecedor. **3.9. Imposto de renda e contribuição social** - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anual para imposto de renda e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Em 28 de abril de 2022, foi editada pelo Poder Executivo a Medida Provisória – MP nº 1.115/2022, convertida em lei, que majora de 15% para 16% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL das seguradoras, para o período compreendido entre 1º de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022. O tributo diferido é calculado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre os prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos levando-se em conta a expectativa da Administração da Companhia sobre a utilização desses ativos no futuro, baseada em projeções elaboradas para o período de cinco anos, formalizadas no Estudo de Crédito Tributário e Plano de negócios. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferido e a contribuição social corrente e diferida. **3.10. Capital social** - O capital social totalmente subscrito e integralizado, já homologado pela SUSEP, é de R$ 59.700 (R$ 59.700 em 31 de dezembro de 2021) e está representado por 77.212.205 ações nominativas sem valor nominal (77.212.205 ações em 31 de dezembro de 2021), sendo todas ordinárias. Em 15 de dezembro de 2022, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado aumento de capital no montante de R$ 21,6 milhões, com emissão de 17.661.587 novas ações. Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão direito de preferência para a subscrição de novas ações resultantes de aumento do capital social, observado o disposto no artigo 171 e parágrafos da Lei nº 6.404/76, que será exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da respectiva Assembleia. **3.11. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio** - Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é destinado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. A Companhia pode optar por destinar parte do lucro sob a forma de juros sobre capital próprio como uma despesa antes do lucro líquido. **3.12. Apuração do resultado** - O resultado é apurado de acordo com regime contábil de competência. ***3.12.1. Prêmios emitidos*** - Os prêmios de seguro são reconhecidos quando da aceitação dos riscos cobertos e correspondente emissão dos contratos, com base na melhor estimativa, podendo ser ajustados ao longo do período de vigência. A Companhia constitui o prêmio RVNE com base em metodologia própria e é calculada por estimativa baseada no histórico da Companhia, considerando o volume de propostas recebidas e apólices emitidas no mês de cálculo. Os prêmios emitidos são apropriados ao resultado, de acordo com o prazo de vigência dos contratos, ao longo do período de risco. ***3.12.2. Comissão de corretagem e comissão diferida*** - As despesas de comercialização oriundas de corretagens são registradas quando da emissão das apólices e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. ***3.12.3. Sinistros*** - Os sinistros avisados são contabilizados a partir do momento em que a Companhia é notificada pelo segurado. ***3.12.4. Participações nos lucros*** - O plano de participações dos empregados e administradores nos lucros é baseado, atualmente, no acordo do sindicato para a categoria. ***3.12.5. Novas normas e interpretações contábeis ainda não adotadas por entidade supervisionada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP*** - *a. CPC 50 / IFRS 17 – Contratos de Seguros* - A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. O Objetivo do CPC 50 é assegurar que a entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações são base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. A Seguradora ainda não iniciou a avaliação por entender que o seu principal ramo de atuação, que representa mais de 90% de sua produção anual de prêmios, possui uma vigência média de quatro a cinco meses, o que permite ao usuário das demonstrações financeiras avaliarem os efeitos positivos ou negativos de seus contratos de seguros. A SUSEP não referendou o CPC 50, portanto não há impacto para a Seguradora. CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9) - Em vigor pelo CPC desde 1º de janeiro de 2018, o Pronunciamento apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração

(Continua...)

NEWE Seguros S.A.

CNPJ 26.609.195/0001-65

NEWE SEGUROS

(...continuação)

de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. A SUSEP, através do artigo 138 da Circular nº 678 de 10 de outubro de 2022, trouxe, entre outros, aspectos a serem observados sobre a classificação de ativos financeiros, perdas esperadas, entre outros. A referida norma entra em vigor em 2023 e para determinados requerimentos, em 2024. A Administração está avaliando os impactos considerando o ramo de operação da Companhia. **4. Estrutura de gestão de riscos:** A Gestão de Riscos é fundamental em todas as atividades. Ela é usada para agregar valor ao negócio enquanto fornece suporte para as áreas, além de criar valor para os acionistas. A Gestão de Riscos protege a reputação da Companhia e nos ajuda a antecipar e mitigar potenciais perdas inerentes à atividade de seguro. A NEWE implementou e tem aprimorado a estrutura local de Gestão de Riscos em conformidade com a Circular SUSEP nº 678. **4.1. Princípios da estrutura de gestão de riscos -** Os princípios aplicados à Estrutura de Gestão de Riscos da NEWE são os seguintes: **Aprimoramento -** é um processo que deve ser desenvolvido continuamente. **Alcance -** a estrutura de controles internos deve ser: - **Abrangente -** a fim de abranger a totalidade do nosso negócio; - **Comunicada -** para que todos tenham conhecimento do programa; - **Simples -** para que todos possam compreendê-la; - **Relevante** - a fim de que todos se envolvam com o processo; - **Utilizada -** ele realmente deve fazer parte de nossas operações do dia a dia; **Evidente -** as políticas e os procedimentos de gestão de riscos são documentados, de forma que profissionais razoavelmente qualificados e experientes possam compreender a estrutura sem dificuldades ou necessidade de explicações adicionais; **- Emergente -** tem um processo para identificar e mitigar riscos emergentes; **- Eficaz -** a estrutura tem que funcionar. A Companhia geralmente está exposta a riscos originados de suas operações, que podem afetar, com maior ou menor grau, seus objetivos estratégicos e financeiros. Dentre tais riscos, podemos citar o Risco de Subscrição, Risco de Reserva, Risco Operacional, Risco de Liquidez, Risco de Mercado e Risco de Crédito. Todos esses riscos são avaliados, mensurados, tratados e monitorados dentro da estrutura de Gestão de Riscos da Companhia através de relatório integrado de riscos. A Diretoria e os Gestores Técnicos e Operacionais, juntamente com o Gestor de Riscos, têm suas funções definidas na estrutura de Gestão de Riscos e atuam conjuntamente para assegurar a gestão contínua e efetiva dos riscos aos quais a Companhia está exposta. ***4.1.1. Risco de subscrição -*** A Companhia define o risco de subscrição como: "a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da NEWE, direta ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios e provisões técnicas." O objetivo é gerar lucros consistentes e a longo prazo com a subscrição. A estratégia é subscrever um amplo portfólio de riscos, com preferências para produtos de nicho e especializados. Para linhas de produtos de nicho, e nas quais decidiu-se tomar participação significativa, serão aplicadas as habilidades e experiência particulares da Companhia para influenciar os preços e gerar boas margens. Para os produtos em que temos participação pequena, confiamos mais no mercado em geral para responder a perdas, corrigindo os preços. Quando isso não ocorrer, podemos reduzir nossa exposição rapidamente a estes riscos. Em ambas as áreas, usaremos ferramentas de análise altamente desenvolvidas para avaliar nossas exposições e a adequação dos preços, nos permitindo alterar os preços e/ou os níveis de envolvimento rapidamente. O apetite para perdas com riscos com seguros não catástrofe é estratificado, pois depende da origem da perda. A abordagem não é manter participação de mercado por todo o ciclo, mas sim gerenciar nossa posição usando análises altamente desenvolvidas e ferramentas de apreçamento. Porém, precisamos manter algum envolvimento com o mercado no decorrer do ciclo, assim reconhecemos que as margens, em alguns anos, serão menores do que em outros. Nunca esperaríamos que boas condições de mercado afetem nosso capital de abertura, quanto mais afetar nossos ganhos. **4.2. Risco operacional -** A Companhia define como risco operacional: "a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da Instituição." O risco legal está incluído no risco operacional e define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos." As perdas com outros grupos de risco podem ser exacerbadas pelo risco acima, por exemplo, com fluxos de dados equivocados para calcular nossas reservas, o que afeta o risco de reserva. Porém, tais perdas tendem a ficar dentro das estatísticas para o respectivo grupo de risco. Decidimos, portanto, nos concentrar exclusivamente no risco operacional "puro", ou seja, quando a perda surge puramente como resultado da falha de um, ou mais, processos, pessoas ou sistemas, ou de eventos externos. Estas perdas são como "despesas". Exemplos incluiriam incidentes que afetam a continuidade dos negócios, falha em sistemas de TI e fraudes internas. Embora nossa resposta instintiva a estes riscos seja eliminá-los, o custo da mitigação completa é proibitivamente alto. Portanto, estamos dispostos a tolerar certo risco operacional e reter capital para mitigá-lo.

4.2.1. Teste de sensibilidade nas atividades de seguros e resseguros

		Impacto no resultado e patrimônio líquido em 31/12/2022	
Variáveis	**Premissas**	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**
Sinistro ocorrido	Aumento de 10%	(55.646)	(4.339)
Sinistro ocorrido	Diminuição de 10%	55.646	4.339
Corretagem	Aumento de 10%	(3.787)	(3.432)
Corretagem	Diminuição de 10%	3.787	3.432

		Impacto no resultado e patrimônio líquido em 31/12/2021	
Variáveis	**Premissas**	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**
Sinistro ocorrido	Aumento de 10%	(71.016)	(7.309)
Sinistro ocorrido	Diminuição de 10%	71.016	7.309
Corretagem	Aumento de 10%	(4.912)	(5.588)
Corretagem	Diminuição de 10%	4.912	5.588

4.2.2. Concentração de risco por região de atuação - As exposições à concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio da região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Prêmio emitido (*) 31/12/2022

Região geográfica	Rural	%	Garantia	%	Demais	%	Total	%
Centro-Oeste	43.189	25%	806	2%	38	1%	44.032	20%
Nordeste	3.548	2%	1.086	2%	44	1%	4.678	2%
Norte	1.598	1%	862	2%	3.485	94%	5.946	3%
Sudeste	11.538	7%	40.712	87%	132	4%	52.381	23%
Sul	112.995	65%	3.225	7%	-	0%	116.220	52%
Total	172.867	100%	46.691	100%	3.699	100%	223.256	100%

Líquido de resseguro (*) 31/12/2022

Região geográfica	Rural	%	Garantia	%	Demais	%	Total	%
Centro-Oeste	6.478	25%	64	2%	10	1%	6.552	22%
Nordeste	532	2%	75	2%	11	1%	618	2%
Norte	240	1%	51	2%	888	94%	1.178	4%
Sudeste	1.731	7%	2.897	86%	35	4%	4.662	15%
Sul	16.935	65%	264	8%	-	0%	17.199	57%
Total	25.916	100%	3.350	100%	943	100%	30.209	100%

Prêmio emitido (*) 31/12/2021

Região geográfica	Rural	%	Garantia	%	Demais	%	Total	%
Centro-Oeste	71.884	19%	711	3%	-	0%	75.595	18%
Nordeste	2.126	1%	1.644	7%	-	0%	3.711	1%
Norte	1.270	0%	223	1%	-	0%	1.493	0%
Sudeste	17.378	5%	20.138	81%	3.057	95%	40.572	10%
Sul	291.670	76%	2.072	8%	164	5%	293.906	71%
Total	384.327	100%	24.788	100%	3.221	100%	412.336	100%

Líquido de resseguro (*) 31/12/2021

Região geográfica	Rural	%	Garantia	%	Demais	%	Total	%
Centro-Oeste	10.876	19%	58	3%	-	0%	10.934	18%
Nordeste	317	1%	138	7%	-	0%	455	1%
Norte	190	0%	14	1%	-	0%	205	0%
Sudeste	3.470	6%	1.621	82%	794	96%	5.885	10%
Sul	42.397	74%	152	8%	37	4%	42.586	71%
Total	57.250	100%	1.982	100%	831	100%	60.064	100%

(*) Não foi considerado o montante de R$ 424 (R$ 6.517 em 2021) relativo aos saldos de cosseguros aceitos, cosseguros cedidos e prêmios de riscos vigentes e não emitidos.

4.3. Risco de liquidez - A Companhia define como risco de liquidez: "o risco de que recursos financeiros líquidos e suficientes não sejam mantidos para atender os passivos em seu vencimento". Nosso risco de liquidez é endereçado pela Política de Investimentos. Todas as nossas aplicações financeiras estão classificadas contabilmente como em valor justo por meio do resultado.

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro de 2022:

	0 - 1 ano	1 - 5 anos	Total
Ativos financeiros valor justo por meio do resultado	58.942	-	58.942
Créditos das operações com seguros e resseguros	65.298	-	65.298
Caixa, bancos e equivalentes de caixa	1.577	-	1.577
Ativos de contratos de resseguro	77.496	16.253	93.749
Total de ativos financeiros	203.313	16.253	219.566
Contas a pagar	3.940	-	3.940
Débitos das operações com seguros e resseguros	50.568	-	50.568
Passivos de contratos de seguro	105.624	28.974	134.598
Total de passivos financeiros	160.132	28.974	189.107

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro de 2021:

	0 - 1 ano	1 - 5 anos	Total
Ativos financeiros valor justo por meio do resultado	150.250	-	150.250
Créditos das operações com seguros e resseguros	58.259	-	58.259
Caixa, bancos e equivalentes de caixa	8.398	-	8.398
Ativos de contratos de resseguro	275.094	9.376	284.470
Total de ativos financeiros	492.001	9.376	501.377
Contas a pagar	2.648	-	2.648
Débitos das operações com seguros e resseguros	118.775	-	118.775
Passivos de contratos de seguro	358.299	15.147	373.446
Total de passivos financeiros	479.722	15.147	494.869

4.4. Risco de mercado - A Companhia define como risco de mercado: "a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações dos mercados financeiros que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos da NEWE." Nossa premissa básica de investimento, definida na Política de Investimento da NEWE, é a preservação do capital e a estabilidade das receitas financeiras, de forma que não haja limitações em nossa capacidade de subscrever o máximo de prêmios lucrativos de seguro, quando pudermos comercializar e administrar. A duração dos nossos investimentos deve corresponder a nossas saídas esperadas de caixa para cobrir os passivos e nossa meta de rentabilidade das aplicações financeiras é a taxa Selic. (a) **Critério de investimento:** De acordo com a política de investimento da NEWE, só há investimentos em títulos do tesouro direto seja diretamente ou indiretamente por meio de fundo de investimento não exclusivo. Nossos investimentos são reconhecidos contabilmente pelo seu valor de mercado. (b) **Critérios de custódia:** Depositamos em fundos com instituições financeiras que possuam classificação de risco "AAA", de acordo com as principais agências de *rating*. **4.5. Risco de crédito -** Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro, como consequências de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Seguradora. Para a NEWE, as principais contrapartes em Crédito são resseguradoras. A Companhia utiliza contratos de resseguro com o intuito de aumentar sua capacidade de produção e com o objetivo de pulverização de risco em linha com as melhores práticas do mercado de seguros internacionais. Os contratos de resseguro buscam a recuperação de parte ou da totalidade dos sinistros de acordo com a política de aceitação de risco definida (subscrição). A NEWE cederá negócios preferencialmente a empresas que possuem classificação "A" ou acima, segundo os critérios da Standards & Poor's ou o equivalente nas outras agências de classificação. Somente é permitida a possibilidade de compra de proteção com sociedades supervisionadas pela SUSEP e regularmente constituídas, de acordo com as regras e normas vigentes. O programa de resseguro será composto por contratos proporcionais. Adicionalmente, contratos não proporcionais, como, por exemplo, em base de excesso de danos, por risco e por evento, serão utilizados para complementar a proteção oferecida pelos contratos proporcionais, e proteger as carteiras e/ou classes com alta volatilidade na sinistralidade. A Companhia buscará sempre a contratação de um *stop loss* para o ramo 1101 – Rural devido à alta volatilidade apresentada pelo negócio, protegendo assim o patrimônio líquido e trazendo previsibilidade para as projeções financeiras. Para novas resseguradoras, deverá ser considerado um mínimo de R$ 750 milhões de capital (no nível do Grupo) e excedente e ser avaliadas como "A" ou melhor, a menos que as exposições sejam totalmente garantidas. Havendo um relacionamento existente com um ressegurador que não atenda aos critérios acima, isso é permitido, desde que haja um plano de longo prazo para gerenciar a exposição para baixo. Para um ressegurador que não atende aos nossos requisitos mínimos, faz-se necessária a aprovação/renovação a cada renovação do programa de retrocessão.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros mantidos pela Companhia distribuídos por *rating* de crédito, de acordo com a agência classificadora de risco *Moody's*. Os ativos classificados na categoria "sem *rating*" compreendem substancialmente valores a serem recebidos de estipulantes que não possuem *rating* de crédito individuais.

31/12/2022

Composição da carteira por classe e categoria contábil	S&P A-	S&P A+	S&P AA	AM Best A++	AM Best A+	AM Best A	AM Best B++	Fitch A-	Fitch BBB+	Fitch AA-	Moody's Aa3	Sem *rating*	Saldo contábil
Caixa, bancos e equivalentes de caixa											1.577		1.577
Valor justo por meio de resultados													
Cotas de fundos de investimentos (*)											58.942		58.942
Empréstimos e recebíveis													
Prêmios a receber												34.219	34.219
Sinistros pagos e não recuperados	113	14.043	10	7	44	7.357	479	18	2.411	1.406		4.680	30.568
Sinistros resseguro PSL	122	15.063	11	8	48	7.891	514	19	2.586	1.508		5.020	32.788
IBNER												10.081	10.081
Exposição máxima ao risco de crédito	235	29.105	21	15	92	15.248	993	37	4.996	2.914	60.519	53.999	168.174

31/12/2021

Composição da carteira por classe e categoria contábil	S&P A-	S&P A+	AM Best A+	AM Best A	AM Best B++	Moody's Ba3	Sem *rating*	Saldo contábil
Caixa, bancos e equivalentes de caixa	-	-	-	-		8.398		8.398
Valor justo por meio de resultados								
Cotas de fundos de investimentos (*)	-	-	-	-		150.250		150.250
Empréstimos e recebíveis								
Prêmios a receber							13.361	13.361
Sinitros pagos e não recuperados	2.203	16.424	59	10.276	380		8.116	37.457
Sinistros resseguro PSL	5.261	39.213	140	24.534	906		19.378	89.432
IBNER							63.126	63.126
Exposição máxima ao risco de crédito	7.464	55.637	198	34.810	1.286	158.648	103.980	362.024

(*) Trata-se de fundos de investimentos não exclusivos em que a Companhia não possui as informações detalhadas acerca do risco de crédito dos títulos que compõem a carteira do fundo de investimento, desta forma, a Companhia indicou o *rating* da instituição financeira gestora do fundo. Adicionalmente, o fundo investe 100% do seu patrimônio em títulos públicos.

5. Caixa, bancos e equivalentes de caixa	31/12/2022	31/12/2021
Contas bancárias	1.504	7.969
Equivalentes de caixa	73	429
	1.577	8.398

São considerados equivalentes de caixa as aplicações em operações compromissadas lastreadas em CDB.

6. Aplicações financeiras: 6.1. Composição das aplicações financeiras

	Custo atualizado	Valor de mercado/ contábil	% aplicado	% taxa de juros anual contratada
Títulos valor justo por meio de resultado				
Cotas de fundos de investimentos	11.864	11.864	20,15%	%CDI
Cotas de fundos de investimentos	9.265	9.265	15,73%	IMA-B
Cotas de fundos de investimentos	37.814	37.814	64,12%	%CDI
Total títulos valor justo por meio de resultado (*)	58.942	58.942	100,00%	
Total das aplicações financeiras (*)	-	-	100,00%	
Total classificado no ativo circulante	58.942	58.942	100,00%	

	Custo atualizado	Valor de mercado/ contábil	% aplicado	% taxa de juros anual contratada
Títulos valor justo por meio de resultado				
Cotas de fundos de investimentos	23.726	23.726	15,79%	% CDI
Cotas de fundos de investimentos	8.660	8.660	5,76%	IMA-B
Cotas de fundos de investimentos	117.864	117.864	78,45%	% CDI
Total títulos valor justo por meio de resultado (*)	150.250	150.250	100%	
Total das aplicações financeiras (*)	150.250	150.250	100%	
Total classificado no ativo circulante	150.250	150.250	100%	

(*) Saldo composto por investimentos em títulos públicos federais vinculados à cobertura de provisões técnicas custodiados pelo Banco Itaú.

6.2. Movimentação das aplicações financeiras	Cotas	Total
Saldo em 31/12/2020	83.422	83.422
Aplicações	244.739	244.739
Resgates	(183.932)	(183.932)
Rendimentos	6.021	6.021
Saldo em 31/12/2021	150.250	150.250
Aplicações	426.221	426.221
Resgates	(527.901)	(527.901)
Rendimentos	10.372	10.372
Saldo em 31/12/2022	58.942	58.942

6.3. Hierarquia de valor justo de instrumentos financeiros - De acordo com o CPC nº 40 (R1), os instrumentos financeiros devem ser classificados por níveis de hierarquia, sendo: **Nível 1 -** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos; **Nível 2 -** Classificado quando se utiliza uma metodologia de precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto; e **Nível 3 -** Ativo ou passivo que não é calculado com base em dados observáveis do mercado (fato não observável). A tabela a seguir apresenta a classificação dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia mensurados ao valor justo e de acordo com o nível de hierarquia:

	31/12/2022		31/12/2021	
Títulos	**Nível 1**	**Total**	**Nível 1**	**Total**
Valor justo por meio do resultado				
Cotas de fundos de investimentos	58.942	58.942	150.250	150.250
	58.942	58.942	150.250	150.250

Não houve transferência entre níveis em 2022 e 2021.

7. Créditos das operações de seguros e resseguros: Compreende os prêmios a receber oriundos de contratos de seguros e sinistros pagos a recuperar de resseguradoras.

7.1. Composição dos prêmios a receber por ramo

Grupo de ramo	31/12/2022 Total de prêmios a receber	31/12/2021 Total de prêmios a receber
Rural	7.017	4.418
Garantia	27.358	7.540
Responsabilidades	1.044	432
RVNE	2.350	2.927
RVR - Prêmios a receber	(3.550)	(1.956)
Total	34.219	13.361
Circulante	25.067	13.361
Não circulante	9.152	-

7.2. Composição de sinistros pagos a recuperar de resseguradoras

Grupo de ramo	31/12/2022 Ressegurador local	Ressegurador eventual	Ressegurador admitido	31/12/2021 Ressegurador local	Ressegurador eventual	Ressegurador admitida
Rural	2.849	8.925	15.129	8.688	1.268	23.937
Total	2.849	8.925	15.129	8.688	1.268	23.937
Circulante	2.849	8.925	15.129	8.688	1.268	23.937

7.3. Movimentação de prêmios a receber	Prêmios a receber
Saldo em 31/12/2020	19.408
Emissões	488.456
Cancelamentos	(41.110)
Restituídos	(34.137)
RVNE	(7.390)
Recebimentos	(411.041)
Redução ao valor recuperável	(825)
Saldo em 31/12/2021	13.361
Emissões	276.469
Cancelamentos	(24.394)
Restituídos	(28.666)
RVNE	(577)
Recebimentos	(200.379)
Redução ao valor recuperável	(1.595)
Saldo em 31/12/2022	34.219

7.4. *Aging* de créditos das operações de seguros e resseguros

a. Prêmios a receber	31/12/2022	31/12/2021
Sem vencimento (*)	2.350	2.927
A vencer até 30 dias	7.667	3.157
A vencer de 31 a 60 dias	2.360	2.068
A vencer de 61 a 120 dias	4.060	2.003
A vencer de 121 a 180 dias	2.082	508
A vencer de 181 a 365 dias	4.099	197
A vencer acima de 365 dias	9.152	181
	29.420	8.114
Vencidos até 30 dias	964	1.425
Vencidos de 31 a 60 dias	887	301
Vencidos de 61 a 120 dias	647	772
Vencidos de 121 a 180 dias	1.065	373
Vencidos de 181 a 365 dias	535	356
Vencidos acima de 365 dias	1.900	1.049
	5.998	4.276
Prêmios a receber	37.768	15.317
Redução ao valor recuperável	(3.550)	(1.956)
Saldo	34.219	13.361

(*) Saldo referente a RVNE.

b. Sinistros pagos	31/12/2022	31/12/2021
Reconhecidos em até 30 dias	5.149	30.588
Reconhecidos entre 31 a 60 dias	4.030	2.580
Reconhecidos entre 61 a 120 dias	9.009	725
Reconhecidos entre 121 a 180 dias	6.320	-
Reconhecidos entre 181 a 365 dias	2.156	-
Reconhecidos acima de 365 dias	33	-
	26.697	33.893
Redução ao valor recuperável	-	-
Saldo	26.698	33.893

8. Títulos e créditos a receber

8.1. Créditos e débitos tributários e previdenciários

Composição dos créditos tributários

Circulante	31/12/2022	31/12/2021
Créditos tributários		
Imposto de renda a compensar	2.289	1
Contribuição social a compensar	11	-
Antecipação de imposto de renda	30	2.173
Antecipação de contribuição social	30	1.776
COFINS a recuperar	-	379
PIS a recuperar	-	39
Total circulante	2.360	4.368
Não circulante		
Imposto de renda diferido sobre:		
Prejuízos fiscais (a)	7.498	6.826
Diferenças temporais	177	128
Contribuição social diferida sobre:		
Bases negativas (a)	4.499	4.096
Diferenças temporais	106	77
COFINS diferido (b)	216	-
PIS diferido (b)	35	-
Total não circulante	12.531	11.127
	14.892	15.495

(a) A Companhia constitui créditos tributários em 2019 no montante de R$ 12.306. Tal constituição foi possível devido ao estudo realizado pela Companhia onde demonstra possuir lucros tributáveis nos próximos anos de operação em consonância com a Circular SUSEP nº 678/22.

No quadro abaixo, destacamos que em quatro anos iremos compensar 100% do total dos créditos tributários:

	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2026
Lucros tributários futuros	663	29.244	44.917	59.843
Compensação créditos tributáveis (30%)	79	3.509	5.390	2.084
% Consumido	11,34%	40%	83,18%	100,00%

Conforme observado no quadro acima, a Companhia estima um crescimento no lucro tributável para 2024. Tivemos no final de 2022, a entrada de um novo investidor no quadro societário que resultará em um aumento de capital de R$ 40,3 milhões, sendo R$ 21,6 milhões já integralizados em 2022 e o restante programados para serem integralizados ao final do primeiro semestre de 2023. Além da importância do aumento de capital da Companhia, a entrada desse novo sócio tem um grande peso estratégico, pois trata-se de um fundo de investimento com foco no impacto social e com operações ao redor do mundo. O ano de 2023 será um ano de investimento e desenvolvimento de novos produtos, enquanto em 2024, a Companhia estima o crescimento da produção com a comercialização em massa dos novos produtos e o amadurecimento da nossa carteira do ramo Garantia. Importante destacar que o ramo Garantia, por seus riscos terem uma vigência longa, o resultado demora a amadurecer e somente em 2024 teremos um montante considerável de prêmio ganho, apesar de já termos emitidos montantes expressivos em 2021 e 2022.

(b) A Companhia reconhece contabilmente, desde o primeiro trimestre de 2022, os créditos tributários de PIS e COFINS originários das provisões de sinistros, deduzidas as provisões para recuperações de sinistros. Para fins de apuração das bases de cálculo dessas contribuições os valores somente são dedutíveis quando pagos ou recebidos. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%.

8.2. Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Movimentação do ativo diferido	Imposto de renda	Contribuição social
Saldo em 31/12/2020	7.303	4.381
Prejuízo fiscal e base negativa	(411)	(247)
Ajustes temporais	62	37
Saldo em 31/12/2021	6.954	4.172
Prejuízo fiscal e base negativa	672	403
Ajustes temporais	49	29
Saldo em 31/12/2022	7.675	4.604

9. Custos de aquisição diferidos

9.1. Composição dos custos de aquisição diferidos

Grupo de ramo	31/12/2022	31/12/2021
Responsabilidade	1.196	649
Garantia	13.023	6.112
Rural	2.461	16.039
Total	16.680	22.800
Circulante	9.788	19.387
Não circulante	6.892	3.413

9.2. Movimentação dos custos de aquisição diferidos

Saldo em 31/12/2020	11.745
Constituição	60.176
Amortização	(37.375)
Saldo em 31/12/2021	22.800
Constituição	31.770
Amortização	(37.891)
Saldo em 31/12/2022	16.680

As despesas de comercialização são as comissões de corretagem registradas quando da aceitação dos contratos de seguros e apropriadas ao resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As despesas de comercialização são apropriadas ao resultado, de acordo com o prazo de vigência dos contratos, ao longo do período de risco.

10. Imobilizado	Taxa anual de depreciação	31/12/2022	31/12/2021
Móveis e utensílios	10%	367	413
Informática	20%	880	876
Benfeitorias em imóveis de terceiros (*)	33%	696	622
		1.943	1.911
Depreciação / Amortização acumulada		(1.330)	(1.186)
Total		613	725

(*) Amortização calculada conforme o prazo do contrato de aluguel (36 meses).

Demonstramos a seguir a movimentação do ativo imobilizado:

	Saldos iniciais	Aquisições/ Transferências	Depreciação/ Amortização	Saldos finais
Móveis e utensílios	413	(46)	(171)	196
Informática	876	4	(537)	343
Benfeitorias em imóveis de terceiros	622	74	(622)	74
Exercício findo em 31/12/2022	1.911	33	(1.330)	613
Exercício findo em 31/12/2021	1.549	361	(1.186)	725

11. Intangível: Demonstramos a seguir a movimentação do ativo intangível:

	Saldos iniciais	Aquisições	Amortizações	Saldos finais
Software	4.858	2.164	(2.620)	4.402
Exercício findo em 31/12/2022	4.858	2.164	(2.620)	4.402
Exercício findo em 31/12/2021	2.516	2.341	(1.442)	3.416

(Continua...)

NEWE Seguros S.A.

CNPJ 26.609.195/0001-65

NEWE SEGUROS

(...continuação)

12. Contas a pagar: O saldo de contas a pagar é composto por:

12.1. Obrigações a pagar	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	2.124	270
Provisão para participações nos lucros / bônus	-	400
Subtotal	2.124	670

12.2. Impostos e encargos sociais a recolher	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda retido de funcionários	115	96
Impostos retidos de terceiros	131	96
Contribuições para o FGTS	81	42
Outros impostos retidos de terceiros	382	206
Subtotal	709	440

12.3. Encargos trabalhistas	31/12/2022	31/12/2021
Férias e 13º a pagar	731	848
Encargos sobre férias e 13º salário	250	331
Subtotal	981	1.179

12.4. Impostos e contribuições	31/12/2022	31/12/2021
PIS e COFINS	-	242
Subtotal	-	242

12.5. Outras contas a pagar	31/12/2022	31/12/2021
Outras contas a pagar	126	117
Subtotal	126	117
Total geral nota 12	3.940	2.648

13. Débitos de operações de seguros e resseguros: Estão classificadas neste grupo as operações de prêmios cedidos em resseguro, comissões de corretagem a pagar, adiantamentos de sinistros a pagar e prêmios a restituir. Os prêmios cedidos em resseguros são oriundos de contratos de resseguros para dar proteção aos contratos de seguros com cobertura para riscos do ramo Rural e Garantia. As comissões de corretagem a pagar são oriundas de contratos de seguros intermediados por corretoras de seguros. Os adiantamentos de sinistros a pagar são oriundos de antecipações de recuperações de sinistros que ainda não foram liquidados financeiramente pela Companhia. Os prêmios a restituir são oriundos de restituições de prêmios decorrentes dos pedidos de cancelamentos e/ou endossos das apólices emitidas.

13.1. Composição dos prêmios cedidos em resseguro a pagar

Grupo de ramo	31/12/2022	31/12/2021
Responsabilidade	677	455
Rural	14.899	41.319
Garantia	24.622	9.181
RVNE	1.302	1.600
Total	41.500	52.555
Circulante	41.500	52.555

13.2. Movimentação dos prêmios cedidos em resseguro

	Prêmios cedidos em resseguro
Saldo em 31/12/2020	43.038
Emissões (líquidas dos custos de aquisição)	231.536
Pagamentos	(218.724)
RVNE	(3.295)
Saldo em 31/12/2021	52.555
Emissões (líquidas dos custos de aquisição)	134.233
Pagamentos	(144.989)
RVNE	(299)
Saldo em 31/12/2022	41.500

13.3. Composição dos corretores de seguros e resseguros

Grupo de ramo	31/12/2022	31/12/2021
Responsabilidade	286	113
Rural	183	114
Garantia	6.464	2.634
Total	6.933	2.861
Circulante	6.933	2.861

13.4. Adiantamento de sinistros a pagar

Grupo de ramo	31/12/2022	31/12/2021
Rural (a)	-	57.194
Total	-	57.194
Circulante	-	57.194

(a) Trata-se dos "*cash call*" recebidos em dezembro/21 relativos a sinistros da safra de inverno que foram pagos em 2022.

13.5. Prêmios a restituir

Grupo de ramo	31/12/2022	31/12/2021
Rural	1.459	5.346
Responsabilidade	640	751
Garantia	36	65
Total	2.135	6.162
Circulante	2.135	6.162

14. Ativos de resseguros e provisões técnicas - Resseguradoras

14.1. Ativos de resseguro

31/12/2022	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Total das provisões técnicas
Grupo de ramo					
Responsabilidade	3.245	-	772	-	4.017
Garantia	30.083	6.806	1.365	-	38.254
Rural	17.553	22.824	7.944	3.157	51.478
Total	50.881	29.630	10.081	3.157	93.749
Total classificado no ativo circulante	34.628	29.630	10.081	3.157	77.496
Total classificado no ativo não circulante	16.253	-	-	-	16.253

31/12/2021	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Total das provisões técnicas
Grupo de ramo					
Responsabilidade	1.872	-	276	-	2.148
Garantia	15.028	-	1.696	-	16.724
Rural	57.819	140.904	61.154	5.722	265.599
Total	74.719	140.904	63.126	5.722	284.471
Total classificado no ativo circulante	65.343	140.904	63.126	5.722	275.095
Total classificado no ativo não circulante	9.376	-	-	-	9.376

14.2. Provisões técnicas

31/12/2022	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Total das provisões técnicas
Grupo de ramo					
Responsabilidade	5.126	-	1.053	-	6.179
Garantia	54.938	7.828	1.466	-	64.232
Rural	26.140	25.021	9.346	3.681	64.188
Total	86.204	32.849	11.865	3.681	134.599
Total classificado no passivo circulante	57.230	32.849	11.865	3.681	105.625
Total classificado no passivo não circulante	28.974	-	-	-	28.974

31/12/2021	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Total das provisões técnicas
Grupo de ramo					
Responsabilidade	2.935	-	389	-	3.324
Garantia	26.887	-	1.853	-	28.740
Rural	99.390	163.427	71.946	6.618	341.381
Total	129.212	163.427	74.188	6.618	373.445
Total classificado no passivo circulante	114.065	163.427	74.188	6.618	358.298
Total classificado no passivo não circulante	15.147	-	-	-	15.147

14.3. Movimentação das provisões técnicas

	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Total das provisões técnicas
Saldo em 31 de dezembro de 2020	74.459	14.704	20.972	3.432	113.567
(+) Prêmio emitido	405.819	-	-	-	405.819
(-) Prêmio ganho	(351.066)	-	-	-	(351.066)
(+) Aviso / Reversão de sinistro	-	640.076	-	-	640.076
(+) Aviso / Reversão de sinistros judiciais	-	2.517	-	-	2.517
(-) Pagamento de sinistro	-	(495.857)	-	-	(495.857)
(-) Pagamento de sinistros judiciais	-	(226)	-	-	(226)
(+) Atualização monetária	-	2.213	-	-	2.213
(+/-) Constituição / Reversão IBNR	-	-	53.216	-	53.216
(+/-) Constituição / Reversão PDR	-	-	-	14.787	14.787
(-) Pagamento de PDR	-	-	-	(11.600)	(11.600)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	129.212	163.427	74.188	6.619	373.446
(+) Prêmio emitido	222.832	-	-	-	222.832
(-) Prêmio ganho	(265.840)	-	-	-	(265.840)
(+) Aviso / Reversão de sinistro	-	608.784	-	-	608.784
(+) Aviso / Reversão de sinistros judiciais	-	(274)	-	-	(274)
(-) Pagamento de sinistro	-	(735.187)	-	-	(735.187)
(-) Pagamento de sinistros judiciais	-	(797)	-	-	(797)
(+) Atualização monetária	-	(3.104)	-	-	(3.104)
(+/-) Constituição / Reversão IBNR	-	-	(62.323)	-	(62.323)
(+/-) Constituição / Reversão PDR	-	-	-	10.619	10.619
(-) Pagamento de PDR	-	-	-	(13.557)	(13.557)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	86.204	32.849	11.865	3.681	134.599

14.4. Movimentação de ativos de resseguro - provisões técnicas

	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas(PDR)	Total das provisões técnicas - Resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2020	36.985	12.725	15.721	2.942	68.374
(+) Prêmio cedido	228.241	-	-	-	228.241
(-) Prêmio ganho cedido	(190.507)	-	-	-	(190.507)
(+) Aviso de sinistro	-	575.058	-	-	575.058
(+) Aviso / Reversão de sinistros judiciais	-	2.124	-	-	2.124
(-) Sinistros recuperados	-	(417.950)	-	-	(417.950)
(-) Sinistros recuperados judiciais	-	(192)	-	-	(192)
(-) Sinistros pagos e não recuperados	-	(33.893)	-	-	(33.893)
(+) Atualização monetária	-	3.032	-	-	3.032
(+/-) Constituição / Reversão IBNR	-	-	47.405	-	47.405
(+/-) Constituição / Reversão PDR	-	-	-	12.483	12.483
(-) PDR recuperada	-	-	-	(9.703)	(9.703)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	74.719	140.904	63.126	5.722	284.471
(+) Prêmio cedido	133.934	-	-	-	133.934
Prêmio ganho cedido	(157.772)	-	-	-	(157.772)
(+) Aviso de sinistro	-	(557.907)	-	-	(557.907)
(+) Aviso / Reversão de sinistros judiciais	-	752	-	-	752
(-) Sinistros recuperados	-	477.911	-	-	477.911
(-) Sinistros recuperados judiciais	-	(677)	-	-	(677)
(-) Sinistros pagos e não recuperados	-	(26.903)	-	-	(26.903)
(+) Atualização monetária	-	(4.449)	-	-	(4.449)
(+/-) Constituição / Reversão IBNR	-	-	(53.045)	-	(53.045)
(+/-) Constituição / Reversão PDR	-	-	-	8.961	8.961
(-) PDR recuperada	-	-	-	(11.527)	(11.527)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	50.881	29.631	10.081	3.157	93.750

14.5. Desenvolvimento de sinistros

31/12/2022							
Ano de subscrição	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**Total**
Montante estimado para sinistros							
No ano do aviso	28	43.643	43.789	38.444	643.376	451.537	-
Um ano após o aviso	187	74.079	44.331	38.509	810.274	-	-
Dois anos após o aviso	187	75.313	44.716	37.158	-	-	-
Três anos após o aviso	187	76.878	43.012	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	187	69.492	-	-	-	-	-
Cinco anos ou mais após o aviso	187	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base	187	69.492	43.012	37.158	810.274	451.537	1.411.659
Pagamentos de sinistros efetuados	(187)	(68.631)	(42.442)	(36.479)	(803.972)	(427.099)	(1.378.810)
Provisão de sinistros a liquidar	-	860	570	678	6.302	24.438	32.849
Resseguro							(29.631)
Provisões líquidas de resseguro							3.219

15. Garantia de provisões técnicas

	31/12/2022
Total de provisões técnicas a serem cobertas	134.598
(-) Ativo redutor de PPNG	(24.022)
(-) Direitos creditórios	(29.089)
(-) DAC Redutora	(9.004)
(-) Recuperação de provisões técnicas de sinistros de resseguro (PSL, IBNR, PDR)	(42.869)
Total a ser coberto (B)	29.616
Total de ativos dados em garantia (A)	58.942
Excedente de ativos vinculados (A) - (B)	29.327

16. Provisões judiciais: Com exceção de uma única ação judicial tributária em que figura como autora, a Companhia possui somente ações judiciais de natureza cível discutindo contratos de seguro consubstanciados em apólices emitidas.

16.1. Processos cíveis - Em 31 de dezembro, a Companhia possuía 433 (quatrocentas e trinta e três) ações judiciais, decorrentes de sua atividade operacional de seguros, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. De acordo com a análise realizada com base na metodologia adotada pela Companhia, o montante de perda estimada desses processos foi de R$ 9.881 (R$ 14.057 de 31 de dezembro de 2021).

a) Relacionados a sinistros – A Companhia possui as seguintes ações judiciais segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores em risco e provisionados:

31/12/2022	Quantidade	Valor em risco	Provisão de sinistro a liquidar judicial bruta	Provisão de sinistro a liquidar judicial de resseguro
Provável	4	415	374	318
Possível	85	40.698	8.516	7.239
Remoto	335	134.167	990	842
Total	424	175.550	9.880	8.399

31/12/2021	Quantidade	Valor em risco	Provisão de sinistro a liquidar judicial bruta	Provisão de sinistro a liquidar judicial de resseguro
Provável	7	725	600	510
Possível	54	23.338	11.051	9.393
Remoto	31	5.639	672	571
Total	92	29.702	12.323	10.474

b) Não relacionados a sinistros – Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui nove ações com probabilidade de perda possível com valor em risco no montante de R$ 418 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2021).

16.2. Impactos da atualização da metodologia da PSL Judicial - Em 2021, a metodologia utilizada pela Companhia tinha como principal premissa o desenvolvimento de cenários sobre cada sinistro e para determinar a provisão a ser reconhecida calculava uma média ponderada dos cenários. Em 2022, em função de sentenças favoráveis na esfera judicial em especial do ramo Agro e com o aumento da sua base de sinistros judiciais, a Companhia passou a mensurar a PSL Judicial individualmente para cada caso, observando-se a classificação de perda entre provável, possível e remoto, e definindo para cada classificação, um fator percentual de perda estimada a ser aplicado sobre o valor reclamado no processo judicial. O impacto resultante da mudança de metodologia foi de R$ 10.019 (R$ 5.911 líquido de impostos) sobre o resultado do exercício. **17. Patrimônio líquido: 17.1. Capital social -** Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado no valor de R$ 59.700 (R$ 59.700 em 31 de dezembro de 2021) está dividido em 77.212.205 (77.212.205 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 15 de dezembro de 2022, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado aumento de capital no montante de R$ 21,6 milhões, com emissão de 17.661.587 novas ações totalizando em 94.873.792 ações. O aumento de capital ainda está em aprovação pela SUSEP.

18. Adequação de capital	31/12/2022
Patrimônio líquido (a)	67.638
Despesas antecipadas	(151)
Créditos tributários - prejuízos fiscais IR / bases negativas de contribuição social (-)	(11.997)
Ativos intangíveis	(4.402)
1. Ajustes contábeis (b)	(16.551)
Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios / contribuições registradas	
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c)	4.757
PLA - nível I (*)	50.804
PLA - nível II	4.757
PLA - nível III	283
Subtotal PLA - nível (d)	55.844
Limitador CMR - PLA nível I	-
Limitador CMR - PLA nível II	-
Limitador CMR - PLA nível III	-
Subtotal PLA - limitador (e)	55.844
3. Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3 (f = e - d)	-
4. PLA (Total) = PL + Ajus. cont. + Ajus. Econ. + Ajus. do Exc. de Nível 2 e 3 (g = a+b+c+f)	55.844
5. Capital mínimo requerido	24.986
Capital-base (CB)	8.100
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)	24.986
Capital de risco de subscrição	18.780
Capital de risco de crédito	5.184
Capital de risco operacional	1.781
Capital de risco de mercado	3.877
Benefício de diversificação	(4.636)
Capital mínimo requerido (h)	24.986
Suficiência de capital (i = g - h)	30.858
Suficiência de capital (i / h)	124%
Índice de solvência (j = g / h)	224%

19. Índices operacionais

31/12/2022	Prêmio emitido	Variação das provisões técnicas	Prêmio ganho	Sinistralidade (%)	Comercialização (%)
Grupo de ramo					
Responsabilidade	3.858	(2.191)	1.666	40,6%	13,8%
Garantia	46.346	(28.051)	18.295	60,2%	23,4%
Rural	172.629	73.250	245.878	222,1%	13,5%
Total	222.833	43.008	265.840	209,3%	14,2%

31/12/2021	Prêmio emitido	Variação das provisões técnicas	Prêmio ganho	Sinistralidade (%)	Comercialização (%)
Grupo de ramo					
Responsabilidade	3.161	2.100	1.061	34,9%	16,7%
Garantia	27.203	18.041	9.163	32,3%	20,9%
Rural	375.454	34.612	340.842	207,8%	13,8%
Total	405.818	54.753	351.066	202,3%	14,0%

Abaixo demonstramos a composição dos prêmios emitidos líquidos de resseguro:

31/12/2022	Prêmio emitido	Prêmio de resseguro (a)	Prêmio líquido de resseguro	Percentual de retenção (%)	Percentual cedido (%)
Grupo de ramo					
Responsabilidade	3.858	(2.869)	988	8,5%	74,4%
Garantia	46.346	(43.273)	3.073	7,2%	93,4%
Rural	172.629	(146.752)	25.876	15%	85%
Total	222.832	(192.894)	29.937	13,4%	86,6%

31/12/2021	Prêmio emitido	Prêmio de resseguro (a)	Prêmio líquido de resseguro	Percentual de retenção (%)	Percentual cedido (%)
Grupo de ramo					
Responsabilidade	3.161	(2.347)	814	75,0%	74,3%
Garantia	27.203	(25.127)	2.076	10,2%	92,4%
Rural	375.454	(320.644)	54.810	14,6%	85,4%
Total	405.818	(348.118)	57.700	14,2%	85,8%

(c) O montante apresentado de prêmios de resseguro refere-se à soma dos prêmios dos contratos de resseguros proporcionais. Adicionalmente a NEWE, com objetivo de proteção global da carteira de riscos assumidos, contratou o contrato de resseguros não proporcionais com prêmios de resseguro no montante de R$ 4.661.

20. Detalhamento das contas da demonstração do resultado

20.1. Sinistros ocorridos	31/12/2022	31/12/2021
Indenizações avisadas	(608.510)	(642.593)
Despesas com sinistros	(12.637)	(13.362)
Ressarcimentos	347	430
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	64.341	(54.637)
	(556.459)	(710.162)

20.2. Custos de aquisição	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de comissão	(31.746)	(60.175)
Variação das despesas de comissão diferidas	(6.121)	11.056
	(37.867)	(49.119)

20.3. Resultado com resseguro	31/12/2022	31/12/2021
Recuperação com indenização de sinistro	557.155	577.182
Despesas com sinistros	10.677	11.165
Recuperação de sinistros ocorridos mas não avisados	(53.045)	47.405
Recuperação de despesas relacionadas ao IBNR	(1.715)	1.318
Prêmio de resseguro (líquido dos custos de aquisição)	(133.934)	(228.241)
Variação da provisão de prêmios não ganhos	(23.838)	37.733
Salvados e ressarcidos	(723)	-
Outros resultados com operações de resseguro	839	424
	355.416	446.986

20.4. Despesas administrativas	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal próprio	(19.387)	(17.841)
Serviços de terceiros	(11.020)	(9.412)
Localização e funcionamento	(3.389)	(604)
Publicações e publicidade	32	(601)
Donativos e contribuições	(132)	(117)
Despesas administrativas diversas	(33)	(24)
	(33.929)	(28.599)

20.5. Despesas com tributos	31/12/2022	31/12/2021
COFINS	532	(1.552)
PIS	86	(252)
Taxa de fiscalização	(1.662)	(799)
Outros (a)	(2.836)	(4.562)
	(3.880)	(7.165)

(a) Montante refere-se, principalmente, a despesas com tributos sobre importação para as operações de resseguro.

20.6. Resultado financeiro	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Rendimentos com títulos de renda fixa privado	22	11
Rendimentos com cotas de fundos de investimentos	10.372	6.021
Outras receitas (a)	(3.867)	3.109
	6.527	9.141
Despesas financeiras		
Juros sobre capital próprio	-	(2.360)
Outras despesas (a)	2.677	(2.544)
	2.677	(4.904)
Resultado financeiro	9.204	4.237

(a) Conforme descrito na nota explicativa 16, em 2022, a NEWE adotou uma nova metodologia de provisionamento de seus sinistros judiciais.

(Continua...)

NEWE Seguros S.A.

CNPJ 26.609.195/0001-65

(...continuação)

21. Imposto de renda e contribuição social: Conciliação entre as alíquotas nominais e efetivas apuradas.

	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes dos impostos e participações	(2.118)	4.422	(2.674)	5.399
(-) Contribuição social sobre o lucro líquido (a)	(556)	977	-	-
(-) Participações sobre o lucro	-	(400)	-	(400)
(Prejuízo) após as participações	(2.674)	4.999	(2.674)	4.999
Adições temporárias - provisões indedutíveis	448	250	448	250
Adições permanentes - despesas indedutíveis	57	233	57	233
Exclusões temporárias - provisões indedutíveis	(251)	-	(251)	-
Base de cálculo	(2.421)	5.482	(2.421)	5.482
(-) Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	-	(1.645)	-	(1.645)
Base de cálculo após compensação	(2.421)	3.837	(2.421)	3.837
Imposto e contribuição do ano corrente	-	(912)	-	(767)
Imposto e contribuição do ano anterior	221	-	124	-
Imposto de renda e contribuição social	221	(912)	124	(767)
Alíquota efetiva de IR e CS (a)	-9%	-24%	-5%	-20%
Diferenças temporárias	49	63	29	38
Prejuízo fiscal e base negativa	605	(411)	363	(247)
Prejuízo fiscal e base negativa exercício anterior	66	-	40	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido	720	(348)	432	(209)
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social	941	(1.260)	556	(976)

(a) A Companhia optou por participação do benefício da Lei do Bem referente ao ano-calendário de 2021, trazendo assim uma reversão de despesas de IRPJ e CSLL no ano de 2022.

22. Benefícios a empregados: A Companhia oferece aos funcionários e diretores a possibilidade de aderir ao plano de aposentadoria complementar. O plano escolhido é o Plano Gerador de Benefícios Livre (PGBL), administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e classificado na categoria de contribuição definida. As despesas com esse benefício registradas no resultado do exercício montam R$ 1.527 (R$ 1.071 em 2021). **23. Partes relacionadas: 23.1. Controladora:** A NEWE Seguros é controlada pela CBM Participações desde 30 de outubro de 2019, data que através da Portaria nº 7.556, a SUSEP aprovou a mudança do controle acionário da antiga Markel Seguradora do Brasil S.A. Os saldos das transações com partes relacionadas são os seguintes:

CBM Participações	31/12/2022	31/12/2021
Resultado		
Despesas financeiras		
Juros sobre capital próprio	-	(2.360)
	-	(2.360)

24. Remuneração do pessoal-chave da Administração: A remuneração paga à diretoria executiva no período é de R$ 3.604 (R$ 4.259 em 31 de dezembro de 2021).

Diretoria: Carlos Alberto Caputo - Diretor-Presidente
Norberto Raul Caputo - Diretor Vice-Presidente
Rodrigo Motroni de Almeida - Diretor Vice-Presidente
Contador: Vagner Gonçalves da Rocha - CRC nº 112111/O-7
Atuário: Daniel Iespa Garcia - MIBA nº 2631

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas **Newe Seguros S.A.**

Escopo da Auditoria - Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Newe Seguros S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2022 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente. **Responsabilidade da Administração -** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Atuários Independentes -** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião -** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Newe Seguros S.A.** em 31 de dezembro de 2022, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. **Outros Assuntos -** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2023.

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda. - Rua do Russel, nº 804 - Rio de Janeiro – RJ – Brasil 22210-907 - CNPJ 02.646.397/0004-61 - CIBA 105. **Dinarte Ferreira Bonetti -** MIBA 2147

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **NEWE Seguros S.A. -** Rio de Janeiro – RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da NEWE Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NEWE Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2023. **KPMG Auditores Independentes Ltda. -** CRC SP-014428/O-6 F-RJ. **Érika Carvalho Ramos** - Contadora CRC 1SP224130/O-0

Rio de Janeiro

VERÃO: Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite. **Manhã** **Tarde** **Noite** **37º** **22º** **65%** 05:43 18:32

CARTA COM AMEAÇA

Polícia inspeciona OAB-RJ e não encontra suposta bomba

VINÍCIUS LISBOA/ABRASIL

O Esquadrão Antibombas da Polícia Civil do Rio de Janeiro fez uma varredura na sede da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro (OAB-RJ) na tarde de ontem e não encontrou nenhum artefato explosivo. O edifício, localizado no centro do Rio de Janeiro, foi esvaziado por volta das 12 h, após uma carta com uma ameaça de bomba ter sido encontrada.

Com a decisão de evacuar o prédio, o expediente foi suspenso, causando a interrupção de todos os eventos e demais atividades administrativas. Segundo a assessoria de imprensa da OAB-RJ, o expediente será retomado hoje.

Durante o trabalho da polícia, que contou, inclusive, com cães farejadores, a Avenida Marechal Câmara, onde fica o prédio, chegou a ser interditada na altura da Avenida General Justo. Segundo o Centro de Operações da Prefeitura do Rio de Janeiro, o trânsito foi liberado por volta das 15 h.

O caso foi registrado na 5ª Delegacia Policial (Mem de Sá) e testemunhas já foram ouvidas. A carta com a ameaça foi entregue aos policiais e passará por exame de perícia.

Os agentes também requisitarão imagens de câmeras instaladas no local e outras medidas serão tomadas para esclarecimento dos fatos.

Associação dos Funcionários do Antigo BANERJ – ABANERJ
CNPJ 33.939.737/0001-23

Edital de Convocação de Eleição – Associação dos Funcionários do Antigo Banerj - ABANERJ, com Sede na Estrada da Covanca, número 1.245, Jacarepaguá, nesta cidade, em obediência aos Artigos 18, 19, 21 a 29, 31 e 54 do Estatuto vigente e nos termos do Regulamento da Eleição, convoca seus Associados para a eleição que será realizada dia 06/07/2023, para compor os Conselhos Fiscal, Deliberativo e Administrativo, para o triênio 2023-2026: 1. Cada CHAPA será inscrita com sua documentação até o dia 05/06/2023 na Secretaria da ABANERJ – Sede Campestre, das 10h00 até às 11h00, cabendo indicar até 02 (dois) fiscais para acompanhar o processo eleitoral; 2. A votação será por correspondência, através de caixa postal dos Correios, com postagem até o dia 05/07/2023. No dia da Assembleia de Eleição (06/07/2023) também será disponibilizada uma urna, na Sede Campestre, das 11h00 até às 11h30, para os Associados que não tiverem votado por correspondência; 3. Havendo apenas uma chapa regularmente inscrita, o pleito ocorrerá em AGO, por aclamação da maioria simples dos Associados presentes, em primeira convocação, às 11h00, ou com qualquer número em segunda e última convocação, às 11h30, no dia 06/07/2023. Rio de Janeiro, RJ, 16 de fevereiro de 2023. Geraldo Luiz Ferraz da Costa – Presidente do Conselho Administrativo, Jorge Santana – Presidente do Conselho Deliberativo.

SEGURANÇA

Castro diz que polícia será rigorosa com assédio a mulheres no carnaval

O governador Cláudio Castro (PL) (**foto**) afirmou que este carnaval será o mais seguro da história do Rio de Janeiro. Ele e o prefeito Eduardo Paes (PSD) anunciaram na terça-feira passada o plano operacional para os dias de folia na cidade. O cuidado com as mulheres foi um dos destaques no planejamento da segurança.

A campanha "Ouviu um não? Respeite a decisão" surge após um caso de estupro durante os desfiles das escolas de samba na Marquês de Sapucaí no ano passado. Na ocasião, uma mulher de 25 anos disse à polícia que um homem a puxou para o local do recuo da bateria das agremiações e abusou sexualmente dela.

"A minha orientação é para que as polícias sejam rigorosas. Homens, sejam respeitosos, porque não teremos leniência para quem passar da conta. Esse é um recado claro. Sabemos que, no carnaval, isso se potencializa muito. Que as mulheres possam ter um carnaval de paz", disse o governador.

Neste ano, mulheres vítimas de violência terão atendimento especializado para denúncias no sambódromo. O Posto de Atendimento do Juizado Especial dos Grandes Eventos do Tribunal de Justiça terá uma juíza como responsável e será instalado no setor 11 da Sapucaí.

"Não mediremos esforços para ser um carnaval seguro, o mais seguro da história", afirmou Castro.

Pela primeira vez, o esquema de segurança contará com pontos de bloqueio para revista utilizando detectores de metal nas vias de acesso ao Sambódromo e com torres de observação na avenida Presidente Vargas, próximos à Marquês de Sapucaí.

Outra novidade é o monitoramento com a transmissão de imagens feitas de helicópteros, drones e câmeras portáteis, em tempo real, para o Centro Integrado de Comando e Controle.

O efetivo da Polícia Militar será de 15 mil agentes em todo o estado nos seis dias de folia. "No sambódromo teremos 54 viaturas, dez pontos de revista e seis torres de monitoramento", disse o secretário da corporação, coronel Luiz Henrique Pires.

A Polícia Civil, por sua vez, terá 3.000 agentes e atuará em parceria com a PM.

"Reforçamos as delegacias do Centro e da Zona Sul. Vamos criar mais uma central de flagrante, a 14ª DP (Leblon), além da Deat (Delegacia Especial de Apoio ao Turismo), para turistas e estrangeiros. No Sambódromo vamos ter atendimento específico para as mulheres e crianças", disse o secretário de Polícia Civil, Fernando Albuquerque.

Só para a folia de rua a Riotur espera 5 milhões de pessoas. Já para os desfiles das escolas de samba são estimadas 120 mil por noite na Sapucaí, entre público, credenciados e integrantes das agremiações.

ABRASIL

"Todos os ingressos já foram vendidos. Isso é uma síntese do Carnaval que estávamos preparando", disse o presidente da Liesa (Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro), Jorge Perlingeiro.

Para os dias de desfiles, há possibilidade de chuva, segundo a previsão do tempo. O presidente da Riotur, Ronnie Aguiar, afirmou que foi criado um plano de contingência para caso chova e a Sapucaí fique alagada durante os desfiles. Com os temporais da última semana, as pistas encheram de água.

"Teremos quatro caminhões equipados para ajudar no escoamento da água e na limpeza (remoção de lixo e desobstrução dos bueiros)", disse.

Os bloqueios no trânsito para os desfiles no sambódromo começarão às 17h de hoje, para o deslocamento de carros alegóricos, programado para meia-noite. Haverá um esquema especial de pontos de táxi na rua Estácio de Sá, nos dias de desfiles.

A Supervia vai funcionar 24 horas por dia, das 4h de a manhã até 19h da terça-feira de carnaval (21). O metrô também vai operar 24 horas sem interrupção a partir da meia-noite desta sexta-feira até a terça-feira.

Já a partir de sábado (18), a linha 2 do metrô vai operar entre Pavuna/General Osório sem necessidade de transferência no Estácio. As linhas 1 e 4 terão uma conexão direta Jardim Oceânico/ Uruguai.

No Sábado das Campeãs, dia 25, haverá um esquema especial das 5h até 23h de domingo (26).

A previsão é que 3,5 milhões de passageiros usem o sistema no Carnaval.

De acordo com a prefeitura, a festa deve gerar R$ 1 bilhão para a cidade. "Essa é uma atividade importante para a cidade, o impacto econômico do Carnaval é muito grande. Gera muito emprego, é isso que queremos. Fica aqui o nosso convite para vir", disse Paes.

FIM DA MENTIRA

CGU decide retirar sigilo de cartão de vacina de Bolsonaro

A CGU (Controladoria-Geral da União) decidiu retirar o sigilo do cartão de vacinação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

O ex-mandatário afirma não ter se vacinado contra a Covid.

O conteúdo do cartão deve ser repassado para quem fez o pedido de LAI (Lei de Acesso à Informação) para o Ministério da Saúde e tem um recurso em análise na controladoria. A estimativa no órgão é a de que a informação seja liberada até o fim da semana.

O ministro da CGU, Vinicius de Carvalho, tinha aberto a possibilidade para a revisão do entendimento do órgão sobre a questão em entrevista para a Folha de S.Paulo publicada em 4 de fevereiro.

"Há uma discussão quando se está diante de uma política pública de vacinação no meio de uma pandemia. As pessoas eram estimuladas ou desestimuladas a se vacinarem e isso gerava impacto no índice de contaminação, nas mortes. Em uma situação como essa, será que há interesse público numa carteira de vacinação de uma autoridade pública? A discussão é legítima e a decisão vai ser tomada pela área técnica da CGU", disse ele na ocasião.

No início do mês, a CGU encerrou a análise que fez dos sigilos decretados por Bolsonaro durante o seu mandato e estabeleceu uma série de diretrizes. Uma delas diz, por exemplo, que processos administrativos contra militares se tornam públicos após concluídos.

Isso indica que o órgão também deve tornar pública a íntegra do processo que inocentou o deputado federal Eduardo Pazuello (PL-RJ) por participar de um ato político com Bolsonaro quando ainda era militar da ativa.

Atualmente, o Exército fornece apenas um extrato do processo com a decisão tomada, sem revelar as alegações de defesa de Pazuello e os argumentos utilizados pela Força para inocentá-lo. Há dez casos em análise na CGU envolvendo a questão e uma decisão deve ser tomada em breve.

Ao todo, a CGU revisou 234 classificações a informações públicas impostas durante o governo Bolsonaro para chegar aos novos critérios de transparência. Não necessariamente todos os pedidos serão abertos, a análise será feita caso a caso pela área técnica da CGU.

Outro enunciado definido pela CGU após analisar os casos deixados por Bolsonaro diz que os registros de entradas e saídas de prédio público devem ser fornecidos a não ser quando envolverem agendas sigilosas, como a confecção de um plano econômico ainda não publicizado ou uma investigação em andamento.

No caso de residências oficiais, as informações públicas são aquelas que se referem a agendas oficiais. Assim, visitas privadas não precisam ser disponibilizadas.

Outra decisão da CGU atingiu um argumento utilizado recorrentemente para negar o acesso a informações públicas, que é o do sigilo de dados pessoais, definido pela LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados).

Uma interpretação ampla do que é considerado um dado pessoal elevou as negativas de acesso à informação. Nessa situação, definiu a CGU, é possível tarjar a informação pessoal e fornecer o acesso ao arquivo.

DOENÇA

Gripe aviária chega ao Uruguai e Brasil reforça vigilância

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, afirmou ontem que, até o momento, não há nenhum caso de gripe aviária em animais comerciais ou silvestres do país. A declaração foi dada horas após o Uruguai ter confirmado um caso a cerca de 180 quilômetros da fronteira com o Brasil.

"Primeiro, é importante dizer que nós não temos nenhum caso de H1N5 presente no Brasil. Portanto, o nosso status de livre de gripe aviária continua", disse a jornalistas.

A influenza aviária (H1N5), também conhecida como gripe aviária, é uma doença viral altamente contagiosa que afeta principalmente aves domésticas e silvestres. Até o momento, foram notificados focos da doença em países vizinhos como Colômbia, Equador, Venezuela, Peru, Chile, Argentina e Uruguai. Em alguns desses países, como Bolívia, Peru e Equador, os casos foram registrados em animais de granjas comerciais. Nos demais países, as notificações foram reportadas em aves silvestres.

"O importante é que vamos tomar medidas, que é fortalecer a vigilância ativa, que é fortalecer a nossa fiscalização, pelo Ministério da Agricultura", acrescentou Fávaro. Ele descartou paralisar o trânsito de cargas nas fronteiras do país, mas prometeu maior vigilância e fiscalização. Pelo menos três casos suspeitos recentes, dois no Rio Grande do Sul e um no Amazonas, foram descartados pela pasta após exames laboratoriais. O ministro pediu apoio da sociedade para identificar casos suspeitos e evitar que haja surto da doença no Brasil.

TERROR EM BRASÍLIA

TikTok relata 10,5 mil vídeos golpistas derrubados em 8/1

O TikTok afirma ter derrubado 10.442 vídeos que incitaram violência, terrorismo e desinformação durante os ataques bolsonaristas de 8 de janeiro e nos dias posteriores. É a única empresa, até agora, que divulgou dados internos sobre os ataques.

Em documento entregue ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral), o aplicativo disse que removeu 1.304 vídeos que violaram sua política de extremismo violento (que engloba incitação à violência e terrorismo), 5.519 que feriram a diretriz de "desinformação com riscos de danos no mundo real" e 3.614 conteúdos que infringiram as regras sobre desinformação eleitoral. O período contabilizado foi de 8 a 15 de janeiro.

Segundo o TikTok, apenas 5 URLs foram removidas a partir de demandas do STF (Supremo Tribunal Federal) no período.

Autoridades não solicitaram dados sobre 8 de janeiro, mas a circunstância levou o governo a acelerar discussões sobre a regulação de plataformas no Brasil. Uma proposta de medida provisória para conter a circulação de conteúdos antidemocráticos chegou a ser elaborada no Ministério da Justiça. Ela deve avançar agora sob outro formato.

Relatório recente de pesquisadores da área apontou que aplicativos de vídeos curtos, tais como TikTok e Kwai, ajudaram a agravar a desinformação na eleição de 2022, em parte devido à escala de viralização desses conteúdos. Procurado, o Kwai diz que "não poderá abrir esses números".

"Todas as ações e iniciativas desenvolvidas pela plataforma para conter o avanço e propagação de conteúdos que tenham o potencial de prejudicar o processo democrático permanecem em andamento", afirmou em nota.

A Meta (dona de Facebook e Instagram) e o YouTube não divulgaram dados sobre 8 de janeiro, apenas sobre o processo eleitoral. O Telegram e o Twitter não se manifestaram.

MARANHÃO

Operação resgata 17 em 'trabalho escravo'

Uma mulher e 16 homens foram resgatados em condições análogas à escravidão de uma carvoaria no Maranhão.

A fazenda na qual eles trabalhavam fica na zona rural de São João do Paraíso, a 761 quilômetros de São Luís.

Nos alojamentos, a fiscalização constatou um "estado precário de conforto e higiene", inclusive com uma cama sem qualquer condição de uso. Ao menos oito dos resgatados dividiam o mesmo quarto, dormindo em redes.

Além de beberem água sem qualquer processo de filtragem, os trabalhadores precisavam usar um banheiro feito de tábuas no quintal de uma das casas. Os resgatados relataram à fiscalização que preferiam tomar banho em um riacho - que passava ao lado de um dos alojamentos- do que no banheiro, já que a água disponível era barrenta.

Além disso, há três meses os trabalhadores viviam sem energia elétrica, isolados do mundo externo e expostos ao ataque de animais peçonhentos, como cobras. Eles ainda cozinhavam em um fogareiro improvisado com lata de alumínio, já que não tinham acesso a fogão.

De acordo com o MPT (Ministério Público do Trabalho), todos os resgatados receberam o pagamento das verbas rescisórias a que tinham direito, além de férias e 13º salários proporcionais, bem como parcelas de seguro-desemprego. No total, o valor pago foi de R$ 47,7 mil.

A operação revelou que os resgatados exerciam diversas funções na carvoaria, desde forneiro e batedor de tora até a empilhador, operador de motosserra e zelador. No entanto, as jornadas mais exaustivas eram de duas categorias: carbonizador e cozinheira.

A responsável pela cozinha, uma mulher de 55 anos, trabalhava por quase 12 horas diárias. Em depoimento, ela afirmou que começou a trabalhar aos nove anos como cozinheira em uma fazenda, acompanhando o pai dela, que era empregado do local.

Um dos carbonizadores resgatados durante a operação era um homem de 46 anos, natural de Minas Gerais, e analfabeto. Trabalhando desde os 15 anos e morando no Maranhão há dez anos, ele disse aos investigadores que perdeu o vínculo com a família.

MEIO AMBIENTE

Governo vai lançar programa para ampliar segurança na Amazônia

O Ministério da Justiça e Segurança Pública vai apresentar nos próximos dias um programa que pretende ampliar as ações de segurança na região da Amazônia, disse ontem o secretário-executivo da pasta, Ricardo Capelli.

A promessa é combater ações como garimpo ilegal e desmatamento nas áreas de floresta. O programa terá o nome de Amazônia Mais Segura.

Segundo Capelli, a iniciativa será desenvolvida em conjunto com instituições como PF (Polícia Federal) e Ibama.

"Esse programa vai incluir a instalação de novas bases, bases terrestres, bases fluviais, ampliação do efetivo, capacitação do efetivo que lá atua e que lá atuará, assim como o investimento em soluções tecnológicas, que vão ajudar para que o estado brasileiro retome o controle de toda a região", afirmou o secretário.

A declaração foi dada em entrevista ontem à tarde na sede do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), no Rio de Janeiro.

O banco recebeu ontem a reunião de reinstalação do Cofa (Comitê Orientador do Fundo Amazônia). Foi o primeiro encontro do comitê desde 2018, segundo o BNDES. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) restabeleceu a governança do Fundo Amazônia em janeiro.

O Cofa tem entre as atribuições estabelecer as diretrizes e os critérios para a aplicação dos recursos obtidos pelo fundo, que visa a preservação ambiental e o combate ao desmatamento.

Trata-se de um comitê tripartite, formado por representantes do governo federal, de governos estaduais e da sociedade civil.

O Fundo Amazônia passou por congelamento durante o mandato de Jair Bolsonaro (PL). Noruega e Alemanha bloquearam a transferência de recursos para a iniciativa em 2019.

EDUCAÇÃO

Governo reajusta bolsas de mestrado e doutorado

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciará o reajuste nas bolsas de pós-graduação e pesquisa pagas pelos órgãos de fomento do governo federal. O aumento para benefícios de mestrado e doutorado será de 40%. A ampliação do valor das bolsas foi uma promessa de campanha do petista. Há expectativa de que ele faça o anúncio dos reajustes será hoje.

No mestrado, a bolsa passará de R$ 1.500 para R$ 2.100 mensais e, no doutorado, de R$ 2.200 para R$ 3.100. Os auxílios também vão aumentar para bolsas de pesquisadores no pós-doutorado. Subirão de R$ 4.200 para R$ 5.100. Uma alta de 21%.

A Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) tem ativos, no total, 99 mil bolsistas na pós-graduação. Destes, 44 mil são de mestrado, outros 51 mil, de doutorado e 4.400, de pós-doutorado. Ligada ao MEC (Ministério da Educação), a Capes é responsável pela regulação e fomento da pós-graduação brasileira. Os valores das bolsas não eram reajustados desde 2013.

Caso fosse aplicada a inflação do período, as bolsas de mestrado e doutorado deveriam passar por um reajuste de 72% para que o poder de compra fosse o mesmo de 2013.

Também serão reajustados os valores das bolsas fornecidas pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), nos mesmos moldes. O órgão, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, reúne cerca de 77 mil pesquisadores bolsistas.

Durante o governo Jair Bolsonaro (PL), houve redução de número de bolsas, mudanças em áreas prioritárias e atrasos de pagamentos. No fim da gestão, no entanto, houve recuperação no volume de bolsas concedidas, que ficou praticamente estável à realidade de 2018, último ano do governo Michel Temer (MDB).

Nota

INCÊNDIO DEIXA 3 MORTOS E 44 FERIDOS EM PENITENCIÁRIA

Um incêndio na Penitenciária de Florianópolis deixou ao menos três mortos na tarde de ontem na capital catarinense. O caso aconteceu às 12h33 e começou em uma das celas do complexo prisional. Há 44 feridos, segundo a SEAP (Secretaria de Administração Penitenciária). Todas as três vítimas mortas são detentos que estavam na cela onde o fogo começou. De acordo com o governo de Santa Catarina, os presos foram retirados inconscientes da cela pelos bombeiros, morrendo ainda no local. Todos já foram identificados: Danilo Barros, natural Bahia; Jerberson Souza, natural do Ceará; e Robison da Silva, natural de Ponte Serrada, Santa Catarina.

RESILIÊNCIA

ONU: incluir pequeno produtor é base do sistema alimentar

A construção de sistemas alimentares resilientes com base em inovação e tecnologia foi tema de debate ontem na 6ª Conferência Global de Ciência Tecnologia e Inovação (G-Stic), realizado no Rio de Janeiro.

Os sistemas alimentares são estruturados para garantir que consumidores de todo o mundo tenham acesso à alimentação saudável. Eles são considerados resilientes quando conseguem continuar cumprindo a função mesmo sob as constantes pressões de eventos ligados às mudanças climáticas, crises sanitárias e de instabilidades sociais e econômicas. Nesse sentido, devem ser capazes de enfrentar três desafios: atender a população crescente, gerar renda adequada e garantir sustentabilidade ambiental.

Ao falar sobre o tema, o representante do Programa Alimentar Mundial, o brasileiro Rafael Leão, destacou que um dos desafios é incluir pequenos produtores familiares, geralmente o elo mais fraco da cadeia produtiva, nesses sistemas. Ele lista um conjunto de medidas inclusivas para inclusão dos agricultores e cooperativas: garantia de acesso a água e mudas de plantas, fornecimento de infraestrutura para armazenagem e para acesso a mercado, distribuição de sementes mais resistentes, treinamento e capacitação.

"Quando se pensa em inovação, nossa tendência é pensar exclusivamente em sistemas digitais e ferramentas tecnológicas. Mas trabalhar com uma visão sistêmica, que englobe todos os que estão envolvidos no sistema, já é uma inovação fundamental para a sustentabilidade", disse Rafael Leão.

Em 2022, o programa, da Organização das Nações Unidas, destinou cerca de US$ 2,5 bilhões para compra de alimentos, os quais foram distribuídos para comunidades vulneráveis em todo o mundo, uma das frentes de atuação da organização. De acordo com dados da organização, cerca de 350 mil pessoas foram beneficiadas, no ano passado, na América Latina e no Caribe.

VERÃO: Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite. Manhã Tarde Noite 30º 21º 85% 05:55 18:45

POLARIZAÇÃO

Tarcísio diz que pobre não sabe o que é esquerda e direita

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) disse ontem que pobres não sabem o que é direita e esquerda na política e que a classe precisa de solução de problemas imediatos.

A afirmação foi dada em evento do banco BTG Pactual, ao lado dos governadores do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), e o do Paraná, Ratinho Júnior (PSD).

A afirmação de Tarcísio ocorreu no contexto de uma pergunta sobre a polarização no país.

Apesar de ter sido eleito na onda da polarização como afilhado de Jair Bolsonaro (PL), o governador respondeu a pergunta da moderadora Cila Schulman feita aos três convidados sobre como "recuperar esse eleitor que está sequestrado pela polarização".

"Entendo que tem uma população que é muito carente que depende de nós. Muitas vezes me perguntam, e aí, você é direita? Independentemente de eu ser um cara mais da direita, eu digo o seguinte: não importa se você é direita ou esquerda. O pobre não sabe o que é direita, o que é esquerda."

"Ele precisa de teto, precisa de abrigo, de proteção, está precisando de saúde, de resolução dos seus problemas imediatos, de diminuição dos tempos de espera por cirurgias eletivas", disse Tarcísio.

Tarcísio afirmou que a pauta de direita e esquerda em muitos momentos convergem e que a diferença é no caminho até as metas. O governador tem abraçado temas que foram demonizados pelo bolsonarismo, como a defesa do meio ambiente.

No entanto, mantém fidelidade à agenda do ex-ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre privatizações. Nesse ponto, ele citou que a relação será republicana com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mas ressaltou que o estado fará contraposição por meio de ações.

"Agora, faremos aqui o contraponto. Onde está o contraponto? Vai ser na briga? Não, vai ser na ação. Vai ser num grande programa de concessão, privatização, parceria público privada, grande programa de enxugamento, reforma administrativa. Para a gente mostrar que é possível fazer política social mostrando de onde vai vir o recurso", disse.

Tarcísio repetiu que o estado planeja fazer privatizações e concessões, citando Emae (Empresa Metropolitana de Águas e Energia), rodovias, trem intercidades ligando a capital a Campinas e parcerias público-privadas como uma para revitalizar o centro.

Ele também defendeu a privatização do Porto de Santos, administrado pela União, assunto que arquitetou como Ministro da Infraestrutura de Bolsonaro e agora tenta manter sob Lula.

Ele também criticou assuntos que vê como superados, que ressurgiram no governo Lula.

"Fico por um lado preocupado quando a gente vê voltar à pauta questões superadas, como reversão de privatizações, autonomia do Banco Central, acho que a gente não deveria estar discutindo isso. Por outro lado vejo um Congresso que de certa forma mantém o perfil liberal", disse, acrescentando que acredita que a reforma tributária pode avançar.

O discurso dos outros governadores presentes no evento seguiu a mesma linha de Tarcísio.

"O debate político no Brasil parece estar muito mais centrado na busca de culpados pelos problemas do que na busca de soluções. O governo passado culpava governadores, Supremo Tribunal Federal, tudo pelo qual não se podia fazer. O governo atual agora a culpa é do Banco Central, desse ou daquele, do mercado. O papel de governante não é buscar culpado, é buscar soluções", disse o governador gaúcho, Eduardo Leite.

Ratinho Júnior, que também criticou a polarização, afirmou ainda que não acredita que a reforma tributária vai avançar e que governos petistas não têm histórico reformista.

35.416 MORTOS

Terremoto na Turquia se torna o mais letal do país

O terremoto de magnitude 7,8 que atingiu a Turquia na semana passada se tornou o mais letal da história do país. Segundo o presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, o número de óbitos em decorrência do sismo no território atingiu a cifra de 35.418 na terça-feira passada, ultrapassando a marca de 33 mil mortos do desastre de 1939.

Enquanto isso, cresce na Turquia o temor de que a catástrofe seja usada pelo governo como desculpa para uma escalada autoritária --há 20 anos de poder, Erdogan é acusado de erodir a independência do Judiciário, corroer a liberdade da imprensa, e enfraquecer o respeito aos direitos humanos no país.

Criticado pela resposta lenta de seu governo ao episódio, o presidente tem tentado se desviar dos ataques afirmando que "notícias falsas e distorcidas" têm colocado as pessoas umas contra as outras e criado uma atmosfera de caos.

Em outubro passado, o Parlamento da Turquia aprovou uma lei segundo a qual usuários de redes sociais podem ser presos por até três anos por espalhar "desinformação".

Organizações independentes alegam que essa face autoritária já pode ser vista no controle de Ancara das redes logo após os primeiros tremores. A NetBlocks, que monitora a internet livre pelo mundo, afirmou que o Twitter foi bloqueado no país por diversas provedoras por 12 horas no dia do terremoto, possivelmente por ação do governo, dificultando a comunicação em um momento em que ela podia salvar vidas.

Ontem, a polícia afirmou ter detido 78 pessoas acusadas de incitar medo e pânico por "compartilharem publicações provocadoras". O Diretor Geral de Segurança do país acrescentou que retirou do ar 46 sites que se apresentavam como organizações que recebiam doações para vítimas do terremoto --um golpe--, e derrubaram 15 perfis de redes sociais que alegavam ser oficiais, mas eram falsos.

Já na Síria, onde o terremoto agravou um contexto já devastado por quase 12 anos de guerra civil, foram registradas cerca de 5.800 mortes, fazendo com que, juntos, os dois países somem mais de 41 mil óbitos.

Com o passar dos dias, os resgates em ambos os países têm se tornado menos frequentes, embora histórias de vítimas que passaram dias soterradas pelos destroços antes de serem salvas tenham começado a emergir.

O foco das operações se torna, então, o apoio a sobreviventes e a reconstrução da infraestrutura sanitária das regiões atingidas, danificadas ou inoperáveis em razão dos tremores. Autoridades agora enfrentam a tarefa de tentar impedir doenças de se alastrarem e tirarem ainda mais vidas.

Milhões necessitam de ajuda humanitária --muitos deles perderam suas casas no meio do inverno. Também ontem, a OMS (Organização Mundial da Saúde) afirmou estar especialmente preocupada com a situação no noroeste da Síria, área dominada por rebeldes e com poucas vias para a chegada de ajuda humanitária.

No início da semana, o ditador sírio, Bashar al-Assad, permitiu a entrada de comboios da ONU por outros dois pontos de acesso na fronteira com a Turquia.

ESPIONAGEM

Japão sugere que foi vigiado por balões da China; Pequim nega

Japão e China deram ontem novas declarações sobre objetos voadores localizados em seus respectivos espaços aéreos, após Pequim e Washington protagonizarem, nas últimas semanas, uma guerra de versões a respeito de um balão abatido no território dos EUA.

De acordo com Tóquio, objetos que sobrevoaram o Japão nos últimos anos podem ser balões espiões chineses. "Após uma análise mais aprofundada que inclui objetos voadores observados em novembro de 2019, junho de 2020 e setembro de 2021, concluímos que são fortemente presumidos como balões de reconhecimento pilotados pela China", informou em nota o Ministério da Defesa japonês.

A pasta exigiu que o regime chinês confirmasse os fatos e que a situação não voltasse a acontecer. "As violações do espaço aéreo por balões não tripulados e outros meios são totalmente inaceitáveis."

O governo do premiê Fumio Kishida estuda a possibilidade de flexibilizar regras para derrubar objetos que sobrevoem o país. Atualmente, a lei permite o uso de armas apenas em caso de perigo claro e iminente, informou a agência de notícias Kyodo.

"Este caso provoca a preocupação de que pode haver uma grande lacuna na defesa japonesa", declarou Itsunori Onodera, secretário para Política de Segurança do partido governista e ex-ministro da Defesa.

Durante uma entrevista coletiva diária matinal, o porta-voz da chancelaria chinesa, Wang Wenbin, negou as alegações de Tóquio. "Nos opomos firmemente à campanha de difamação japonesa contra a China na ausência de evidências conclusivas", disse ele a jornalistas, segundo a rede americana CNN.

Pequim havia alegado, sem detalhar, que balões americanos sobrevoaram o território chinês ao menos dez vezes desde o início de 2022. Ontem, o regime de Xi Jinping disse que os objetos teriam voado nas regiões de Xinjiang e do Tibete, pontos sensíveis para a ditadura do Partido Comunista Chinês.

Xinjiang é onde vive a minoria muçulmana uigur -organizações internacionais, entre elas a ONU, afirmam que o regime de Xi comete crimes contra a humanidade no local. Já o Tibete, que era independente, foi anexado pela China na segunda metade do século 20 e se tornou ponto de conflito -a Índia anunciou nesta quarta que vai expandir o número de batalhões da polícia em sua fronteira com a região autônoma.

No início do mês, um balão de alta altitude chinês foi detectado no espaço aéreo americano e abatido, o que deu início a uma disputa retórica entre China e EUA e abriu uma crise diplomática.

Americanos sustentam que o equipamento -que sobrevoou uma base militar em Billings onde há mísseis balísticos intercontinentais- foi enviado pela China para espionagem. Pequim, por sua vez, diz que se tratava de um instrumento de monitoramento para pesquisa.

Desde então, uma série de outros objetos voadores não identificados foram observados sobre a América Latina, o Canadá e os EUA. Segundo Jens Stoltenberg, secretário-geral da Otan, a aliança militar ocidental, os episódios mostram uma tendência mais ampla de aumento de monitoramento dos países do grupo.

Após o episódio, militares americanos ajustaram os radares para detectar objetos menores e descobriram três outros dispositivos, que também foram abatidos. No fim de semana, o Norad, sigla em inglês para Comando de Defesa Aeroespacial da América do Norte, informou ter ajustado seu programa de radares para torná-lo mais sensível. A mudança pode ter influenciado as novas detecções.

Na semana passada, Washington adicionou a uma lista de restrições de exportação seis empresas chinesas ligadas a um suposto programa de vigilância de Pequim, que reagiu. "Os EUA escalaram a situação e usaram a situação como pretexto para sancionar ilegalmente companhias chinesas", afirmou o porta-voz da chancelaria.

NA RUA

Defensoria pede que Prefeitura não remova barracas de moradores

A Defensoria Pública enviou documento à Prefeitura de São Paulo na última segunda-feira em que recomenda às equipes municipais que não recolham barracas, colchões, cobertores e itens de higiene pessoal dos moradores de rua.

O pedido teve como base indícios de intensificação de ações de retirada dos pertences de quem vive nas ruas e, também, vídeos de ações de zeladoria em frente ao parque da Luz, na região central, onde se concentram grupos de sem-teto.

O documento citou o mais recente censo da população de rua, divulgado em janeiro do ano passado, que apontou 31.884 sem-teto na cidade. A capital dispõe de cerca de 17 mil vagas de acolhimento.

"Muitas pessoas em situação de rua não aderem aos serviços de acolhimento ofertados pela municipalidade, preferindo valer-se do espaço público como estratégia paliativa de moradia", diz o documento. "O que se deve, em parte, pelas próprias condições precárias desses serviços."

Em nota, a prefeitura afirmou que recebeu a recomendação e que irá responder dentro dos trâmites legais.

A administração acrescentou que as ações de zeladoria são feitas de acordo com um decreto de 2020 que estabelece uma série de regras para abordar os moradores de rua, como não recolher documentos, cartões bancários e receitas médicas.

"Poderão ser recolhidos objetos que caracterizem estabelecimento permanente no local público, principalmente quando impedir a livre circulação de pedestres e veículos, tais como camas, sofás, colchões e barracas montadas ou outros bens duráveis que não se caracterizem como de uso pessoal", declarou a prefeitura em nota.

2018

Menino resgatado de caverna da Tailândia morre no Reino Unido

Duangpetch Promthep, um dos 12 meninos resgatados de uma caverna inundada da Tailândia em 2018, morreu na terça-feira passada, aos 17 anos.

Ele morreu no condado de Leicestershire, no Reino Unido, para onde se mudou em 2022 após ganhar uma bolsa de estudos para jogar futebol.

O garoto era capitão do time de futebol que ficou preso na caverna e mobilizou o mundo em uma operação de resgate que durou 17 dias. Duangpetch tinha 13 anos na época do ocorrido.

Segundo a BBC, o garoto foi encontrado inconsciente no próprio dormitório no domingo passado, foi levado ao hospital e morreu ontem.

Ele teria sofrido uma lesão na cabeça durante um treino antes de ser encontrado inconsciente, segundo o jornal South China Morning Post. A informação, porém, não foi confirmada oficialmente.

A Zico Foundation, responsável pela bolsa de estudos do rapaz, usou as redes sociais para lamentar o ocorrido e confirmar a morte. Os amigos do menino também prestaram condolências.

"Você me disse para esperar e ver você jogando na seleção. Eu sempre acreditei que você faria isso", afirmou Prachak Sutham, um dos meninos que foi resgatado com Duangpetch em 2018.

CAVERNA INUNDADA

O time de futebol Moo Pa (javalis selvagens, em tailandês), era formado por 12 meninos com idades entre 11 e 16 anos e por um técnico de 25 anos.

Após um treino em 23 de junho de 2018, o grupo foi até uma caverna no Parque Florestal Tham Luang-Khun, no norte da Tailândia.

Uma chuva repentina e torrencial foi registrada, bloqueando a passagem de volta do grupo e dando início a uma operação de resgate que durou 17 dias, contou com mergulhadores internacionais e membros do Exército tailandês.

Nota

NICOLA STURGEON, DEFENSORA DA INDEPENDÊNCIA DA ESCÓCIA, RENUNCIA COMO PRIMEIRA-MINISTRA

A primeira-ministra da Escócia, Nicola Sturgeon, anunciou sua renúncia no cargo ontem. A notícia surpreendeu o país -uma das mais ferrenhas defensoras da independência da Escócia, ela foi líder mais longeva no cargo, há oito anos no poder.

Em discurso à imprensa, Sturgeon afirmou que sua decisão não foi motivada por imbróglios recentes, e sim por achar que chegou sua hora de sair do cargo e deixar um novo nome assumir.

"Precisamos ir além da polarização na política, e sei que um novo líder será melhor nesse sentido, alguém acerca de quem o país não tenha ainda uma mentalidade definida", afirmou ela.

A primeira-ministra acrescentou que não deixará o cargo imediatamente, de modo a permitir que seu partido, o SNP (Partido Nacional Escocês, na sigla em inglês) organize novas eleições, e que não pretende deixar a política.

Embora ela tenha negado essa possibilidade no discurso, enfrentamentos recentes com o governo central de Londres podem ter contribuído para a decisão de Sturgeon.

Um deles gira em torno da principal bandeira de seu governo, a independência da Escócia. Sua busca, que ganhou tração com o brexit, seria por tornar o território que hoje integra o Reino Unido um estado autônomo e membro da União Europeia.

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21) 3556-3030 96865-1628